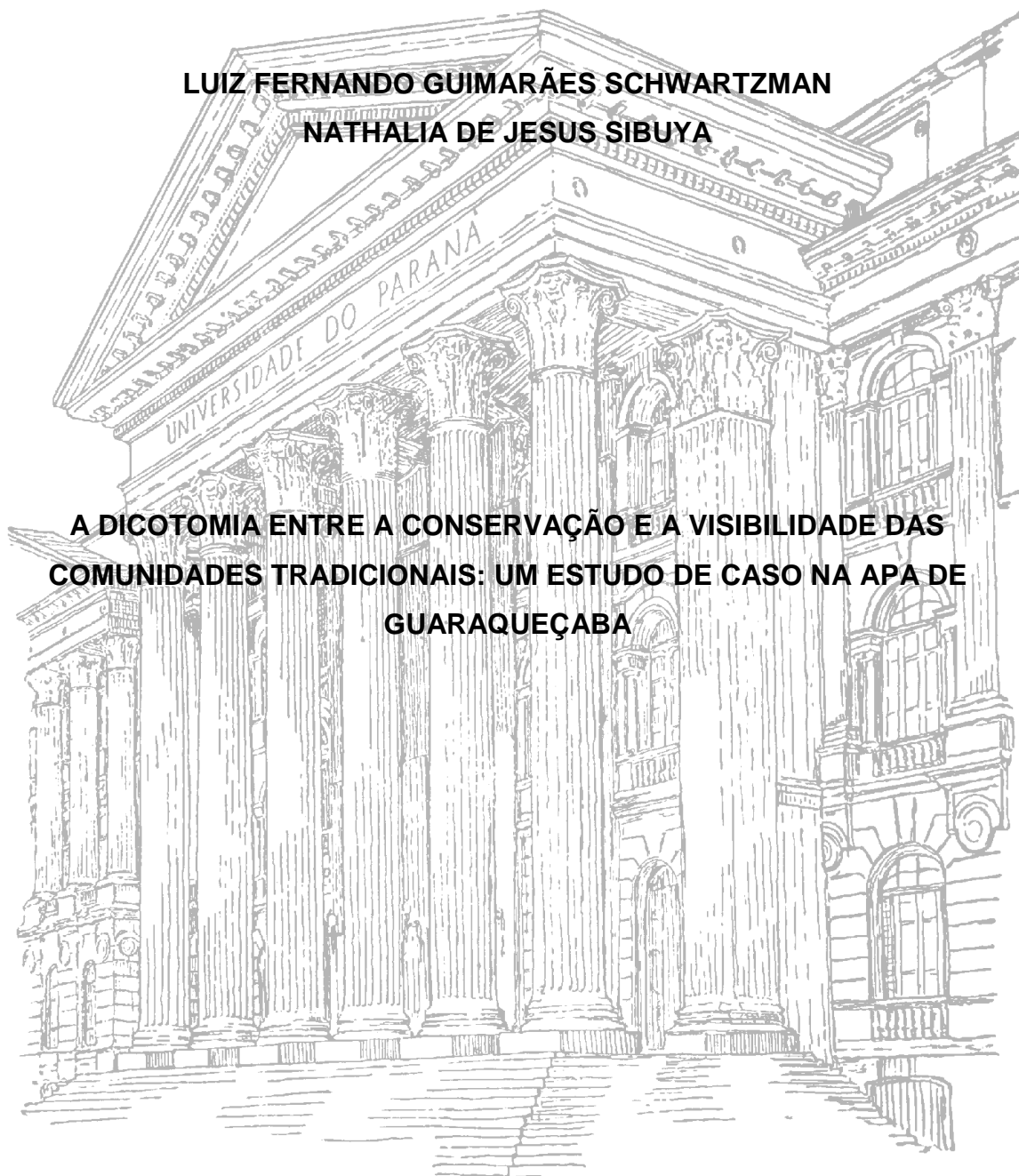


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR LITORAL

LUIZ FERNANDO GUIMARÃES SCHWARTZMAN

NATHALIA DE JESUS SIBUYA



**A DICOTOMIA ENTRE A CONSERVAÇÃO E A VISIBILIDADE DAS
COMUNIDADES TRADICIONAIS: UM ESTUDO DE CASO NA APA DE
GUARAQUEÇABA**

MATINHOS

2013

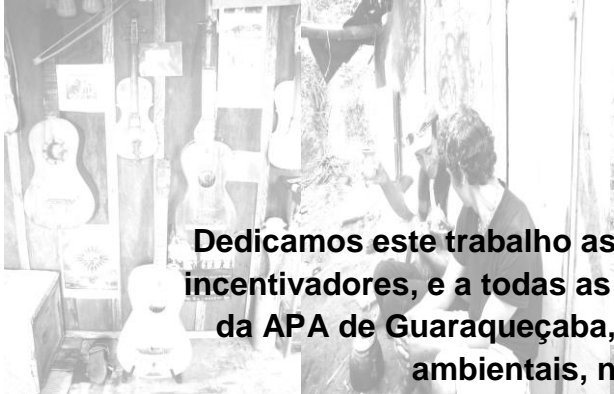
LUIZ FERNANDO GUIMARÃES SCHWARTZMAN
NATHALIA DE JESUS SIBUYA

A DICOTOMIA ENTRE A CONSERVAÇÃO E A VISIBILIDADE DAS
COMUNIDADES TRADICIONAIS: UM ESTUDO DE CASO NA APA DE
GUARAQUEÇABA

Trabalho apresentado como requisito parcial à
obtenção do grau de Bacharel em Gestão
Ambiental no curso de Graduação em Gestão
Ambiental, Setor Litoral da Universidade
Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Juliana Quadros

MATINHOS
2013



Dedicamos este trabalho as nossas famílias, grandes incentivadores, e a todas as comunidades tradicionais da APA de Guaraqueçaba, os verdadeiros agentes ambientais, no território.





*"Tudo aconteceu num certo dia
Hora de ave maria o universo
vigerar
No princípio o verbo se fez
fogo
Nem atlas tinha o globo
Mas tinha nome o lugar
Era terra, terra*

*E fez, o criador, a natureza
Fez os campos e florestas
Fez os bichos, fez o mar
Fez por fim, então, a rebeldia
Que nos dá a garantia
Que nos leva a lutar
Pela terra, terra*



*Madre terra nossa esperança
Onde a vida dá seus frutos
O teu filho vem cantar
Ser e ter o sonho por inteiro
Ser sem-terra, ser guerreiro
Com a missão de semear
À terra, terra*

*Mas apesar de tudo isso
O latifúndio é feito um inço
Que precisa acabar
Romper as cercas da
ignorância
Que produz a intolerância
Terra é de quem plantar
À terra, terra"*



*(Canção da Terra, Pedro
Munhoz)*

AGRADECIMENTOS

- A Professora Orientadora Juliana Quadros, pela inesgotável paciência, dedicação, amizade e incentivo para a realização do presente trabalho.
- A Professora Andréa Maximo Espínola, que despertou nosso interesse pela temática, desde que fomos seus bolsistas no Projeto de Extensão Território UniverCidade, pelo seu incentivo, amizade e colaboração nos momentos de dúvida.
- Ao Professor Valdir Frigo Dernadin, que aceitou ser banca deste presente trabalho, grande conhecedor da região e sempre esteve à disposição para colaborar no que fosse preciso.
- A Sociedade Cooperativa Motirão, em especial aos companheiros Jonathan Santos, Caio Votta e Tatiana Furquim, que tanto se empenharam para a realização do I Encontro das Comunidades do Litoral do Paraná.
- A toda comunidade do Acampamento do MST José Lutzemberg, por nos receber de forma tão acolhedora, durante toda a caminhada de construção desse trabalho, viabilizar a realização do I Encontro das Comunidades cedendo seu espaço e oferecendo todo o apoio necessário: a estrutura e a alimentação. E um agradecimento especial ao companheiro Jonas, pela luta e dedicação ao movimento e as comunidades tradicionais, foi de grande importância nas articulações necessárias à realização do evento.
- Ao Professor Ilton da comunidade do Batuva, pela recepção em sua casa com seu senso de humor particular e por ter compartilhado sua experiência de vida para colaborar nessa construção.
- Ao Professor Antônio da comunidade do Rio Verde, por ter nos recebido em sua casa e compartilhado sua experiência de vida para colaborar nessa construção.
- A Aldeia Guarani Kuaray Guatá Potã pela acolhida e por ter dividido seu modo de vida, e a Professora Izabel, diretora da escola da aldeia, que nos auxiliou quando necessário.
- Ao Zé Muniz pelo Fandango e Cataias que tanto animaram as saídas de campo e o I Encontro das Comunidades do Litoral do Paraná.
- A todas as comunidades estudadas e as que participaram do I Encontro das Comunidades: Açungui, Potinga, Serra Negra, Morato, Rio Verde, Batuva, Sede, Pantanal, São Joãozinho, Riozinho, Ponta Oeste da Ilha do Mel, Aldeia Raio do Sol, Aldeia Guarani Kuaray Guatá Potã e Aldeia Guarani Guavirá Ty
- Ao Programa de Extensão Farinheiras no Litoral do Paraná, em especial ao Professor Luizão, e aos companheiros Indaiá Sartori e Bruno Paifer que colaboraram no I Encontro das Comunidades.

- Aos entrevistados, Eliane Bee Boldrini e Consoni, pela recepção e contribuição de maneira voluntária, compartilhando suas experiências em relação às temáticas abordadas.
- A Gestão da APA de Guaraqueçaba e a REBIO Bom Jesus que esclareceram dúvidas em relação à área de estudo.
- Aos colegas e familiares pela colaboração, apoio e paciência em todos os momentos.

RESUMO

O processo histórico de criação de unidades de conservação evidencia a influência do modelo norte-americano baseado na noção de “*wilderness*”, dicotomia entre o homem e a natureza, nos países em desenvolvimento. Neste contexto, foram instituídas na década de 80, as Unidades de Conservação do litoral norte do Paraná (ESEC e APA de Guaraqueçaba, e o PARNA Superagui) sem consulta pública e planejamento adequado, o que gerou uma série de conflitos devido à perda do espaço coletivo e o acesso restrito aos recursos naturais. Com a chegada das ONGs conservacionistas na década de 90, e a sobreposição de legislações ambientais, os conflitos se intensificam na região. A dificuldade de diálogo com os diversos atores sociais expõe as comunidades da APA a uma situação de fragilidade. O presente trabalho coloca em pauta a discussão das relações antagônicas entre os esforços conservacionistas e a democratização do acesso aos recursos naturais, à luta por justiça ambiental. A metodologia é baseada na pesquisa documental e revisão bibliográfica, diagnóstico das comunidades estudadas, saídas de campo, organização e realização de evento, reuniões, entrevistas e o uso de geoprocessamento para espacialização das informações. Por intermédio das comunidades estudadas e dos dados gerados, é possível constatar que as políticas de gestão territorial da região, resultaram na discrepância entre a visão dos institucionalizados, do “urbano-industrial”, e a visão da necessidade, das comunidades tradicionais. Com o I Encontro das Comunidades do Litoral do Paraná, uma nova forma de organização social é formada, com ecos que clamam por união e justiça ambiental.

Palavras chaves: APA de Guaraqueçaba, comunidades tradicionais, conflitos, justiça ambiental.

1 INTRODUÇÃO	9
2 MATERIAL E MÉTODOS	18
2.1 ÁREA ESTUDADA.....	18
2.2 COMUNIDADES ESTUDADAS	21
2.2.1 Açungui.....	22
2.2.2 Potinga.....	23
2.2.3 Aldeia Guarani Raio do Sol (Bom Jesus).....	24
2.2.4 Aldeia Guarani Kuaray Guatá (Cercos Grande).....	25
2.2.5 Batuva.....	26
2.2.5 Rio Verde.....	27
2.2.6 Morato.....	28
2.2.7 Serra Negra.....	29
2.2.8 Acampamento José Lutzemberg (Rio Pequeno).....	30
2.3 PROCEDIMENTOS	31
2.3.1 Pesquisa Documental e Revisão Bibliográfica	31
2.3.2 Diagnóstico das Comunidades e Saídas de Campo.....	32
2.3.3 Geoprocessamento	36
2.3.4 Entrevistas	37
2.3.5 Participação em Reunião	37
2.3.6 Organização do I Encontro das Comunidades do Litoral do Paraná.....	38
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	42
3.1 HISTÓRICO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE GESTÃO TERRITORIAL	42
3.2 CONFLITOS COM AS ONGS.....	49
3.3 RAPPAM: ANÁLISE DA EFETIVIDADE DA GESTÃO DA APA DE GUARAQUEÇABA	54
3.4 PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA APA DE GUARAQUEÇABA	60
3.5 I ENCONTRO DAS COMUNIDADES DO LITORAL DO PARANÁ: UMA NOVA FORMA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL NA APA.	65
3.6 POTENCIALIDADES DA APA DE GUARAQUEÇABA	67
3.6.1 Agroecologia.....	67
3.6.2 Agroindústrias Familiares	68
3.6.3 Turismo de Base Comunitária	69
4 CONCLUSÃO	71
REFERÊNCIAS.....	73
ANEXO - MEMORIAIS.....	78
NATHALIA SIBUYA	79
LUIZ FERNANDO SCHWARTZMAN	88

1 INTRODUÇÃO

O litoral do Paraná está inserido no bioma Mata Atlântica, rico em sociobiodiversidade, considerado um *hot spot* mundial. Entretanto o desenvolvimento econômico e social da região não condiz com suas riquezas naturais, fato que se faz mais presente na área rural, onde a maioria das comunidades é invisível às políticas públicas (ANDRIGUETTO FILHO & MARCHIORO, 2002; ESTADES, 2003; KOMARCHESKI, 2012).

Dentro desta realidade situa-se a Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba, objeto de estudo da presente monografia, na qual serão evidenciadas as fragilidades enfrentadas por comunidades tradicionais no território. Para compreender com efetividade a gênese das fragilidades, é necessário resgatar parte do histórico do movimento ambiental e o conjunto de legislações que incide sobre esse território, assim como, o esclarecimento ao leitor de alguns conceitos teóricos.

No ano de 1872 foi criado o primeiro parque nacional do mundo, Yellowstone, nos Estados Unidos, com propósito e concepção eminentemente preservacionista, pautada na dissociação do homem e natureza. Contudo, muitos autores relatam que essas ideias haviam surgido anteriormente, mas foi com este marco histórico que essas questões foram ressaltadas. De acordo com Diegues:

O movimento de criação desta área foi influenciado por teóricos que detinham uma visão de natureza intocada, a chamada “*wilderness*” (vida natural/ selvagem) áreas “virgens” não habitadas permanentemente. A corrente preservacionista que serviu de ideologia para o movimento conservacionista americano, vê nos parques nacionais a única forma de salvar pedaços da natureza, de grande beleza, dos efeitos deletérios do desenvolvimento urbano-industrial. Baseia-se, sem dúvida, nas consequências do avanço do capitalismo sobre o oeste selvagem, nos efeitos da mineração sobre os rios e lagos americanos. Dentro dessa perspectiva, qualquer intervenção humana na natureza é intrinsecamente negativa (DIEGUES, 2001).

Também cabe aqui mencionar as palavras de Henry D. Thoreau no clássico da literatura ambientalista “Walden or, Life in the woods” de 1854 e citado por Fernandez (2011):

Eu procuro familiaridade com a Natureza – conhecer seus estados de espírito e maneiras de ser. A Natureza primitiva é a mais interessante pra mim. Eu faço imensos sacrifícios para conhecer todos os fenômenos da primavera, por exemplo, pensando que eu tenho aqui o poema inteiro, e então, para meu desapontamento, eu ouço que é apenas uma cópia imperfeita a que eu possuo e li, que meus ancestrais rasgaram muitas das primeiras folhas e passagens mais grandiosas, e mutilaram-na em muitos lugares. Eu não gostaria de pensar que algum semideus tivesse vindo antes de mim e escolhido para si algumas das melhores estrelas. Eu quero conhecer um paraíso inteiro e uma Terra inteira. Todas as grandes árvores e animais silvestres, peixes e aves se foram (FERNANDEZ, 2011 apud THOREAU, 1854).

A lógica instituída pelo modelo norte-americano, já previa naquela época a exclusão das territorialidades das comunidades, e acabou sendo adotada no mundo, especialmente nos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos.

Por outro lado, desconsidera o fato que os índios americanos tinham podido viver em harmonia com a natureza por milhares de anos (DIEGUES, 2001).

O Brasil foi um dos países que mais tardiamente sucumbiu à onda internacional de criação de Parques. Entretanto, a destruição da natureza tem suas raízes na colonização brasileira, nesta época já havia críticas ao modelo de exploração desenfreada, principalmente por parte de José Bonifácio, e os registros históricos apontam que tanto a coroa portuguesa como o governo imperial empreenderam algumas iniciativas destinadas à proteção, à gestão ou ao controle de determinados recursos naturais (MEDEIROS, 2006; PÁDUA, 1987). Exemplo disso é a Floresta Nacional da Tijuca, reflorestada por escravos a mando de Dom João VI porque sua derrubada para o plantio de café esgotou os recursos hídricos que abasteciam o império (FERNANDEZ, 2011).

A primeira iniciativa de criação de um Parque Nacional no Brasil aconteceu em 1876, por sugestão do engenheiro André Rebouças, influenciado pela criação do *Yellowstone National Park*. A ideia original era a de criar dois Parques Nacionais: um em Sete Quedas e outro na Ilha do Bananal (URBAN, 1998). Esta proposta, que acabou não se concretizando, abriu espaço para uma ampla discussão e

mobilização nos anos seguintes, as quais contribuíram significativamente para a criação dos primeiros parques nacionais brasileiros (MEDEIROS *et al*; 2004). Em 1937 é criado o Parque Nacional de Itatiaia e em 1939 o Parque Nacional do Iguaçu, a segunda unidade de conservação do Brasil e a primeira do Estado do Paraná.

Na mesma época tem início à estruturação da política ambiental brasileira, com o surgimento de legislações mais amplas de proteção ambiental, como o Código Florestal, o Código de Caça e Pesca e o Código de Águas, todos decretados em 1934 (VIANNA, 2008). No ano seguinte ao estabelecimento do regime militar no país, em 1965, um novo Código Florestal foi apreciado no legislativo, sancionado pela Presidência da República e instituído através da Lei nº 4771 de 15/09/1965. Basicamente, seus objetivos seguiam a mesma linha do seu antecessor. No entanto, ele extinguiu as quatro tipologias de áreas protegidas antes previstas na versão de 1934, substituindo-as por quatro outras novas: Parque Nacional (PARNA) e Floresta Nacional (FLONA) (anteriormente categorias específicas), as Áreas de Preservação Permanente (APPs) e a Reserva Legal (RL). Estas duas últimas, uma tipificação de dispositivos existentes na versão de 1934, eram uma clara tentativa de conter os avanços sobre a floresta. A primeira declarando intocável todos os espaços cuja presença da vegetação garante sua integridade e, a segunda, transferindo compulsoriamente para os proprietários rurais a responsabilidade e o ônus da proteção (BRASIL, 1965).

No ano de 1967 foi instituída a nova Lei de Proteção à Fauna (Lei nº5197/1967) e neste mesmo ano foi criado o Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Florestal (IBDF) como uma autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura, e a qual cabia orientar, coordenar e executar as medidas necessárias à utilização racional, à proteção e à conservação dos recursos naturais renováveis e ao desenvolvimento florestal do país. (MACIEL, 2011)

Na década de 70 tem início uma série de encontros internacionais que tratam sobre meio ambiente e educação ambiental, como a Conferência da Biosfera (1968), a Conferência de Estocolmo (1972), de Belgrado (1975), de Tbilisi (1977), de Moscou (1987) e de Tessalônica (1997) as quais refletem o forte sentimento e a mobilização global para a implementação de uma agenda ambiental internacional (MEDEIROS, 2003; DIAS, 2004).

Como reflexo desse cenário mundial, em 1973 é criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) vinculada ao Ministério do Interior, sua finalidade era a conservação do meio ambiente e o uso racional dos recursos naturais. No ano de 1981, a SEMA com intuito de estabelecer uma organização própria das áreas protegidas, deixando-as subordinadas a esta secretaria, cria as Estações Ecológicas (ESECs) e as Áreas de Proteção Ambiental (APAs) através da Lei 6.902 de 27 de abril de 1981. No mesmo ano é normatizada a Política Nacional do Meio Ambiente pela Lei 6.938. As Reservas Ecológicas (RESEC) e as Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) são criadas em 1984.

A combinação de esforços da SEMA e do IBDF de 1974 a 1989 levou à criação de 22 parques nacionais, 20 reservas biológicas e 25 estações ecológicas, num total de 144.180 km² – semelhante à área do estado do Ceará. Esse período de rápido desenvolvimento do sistema de áreas protegidas do Brasil foi verdadeiramente histórico, e pode ser comparado à explosão da atividade de conservação no governo do presidente Theodore Roosevelt, nos Estados Unidos, no início do século XX (MITTERMEIER, et al 2005).

Foi dentro deste cenário nacional, de crescimento explosivo de áreas protegidas sem muito planejamento no que tange a gestão, que surgiram em 1981 às primeiras Unidades de Conservação do Litoral do Paraná, após o tombamento da orla de Matinhos, da Ilha do Mel e a criação da Área de Especial Interesse Turístico (AEIT) do litoral.

No ano de 1982 foi criada a Estação Ecológica de Guaraqueçaba, pelo Decreto nº 87.222 de 31 de maio de 1982. A ESEC era composta de 14 áreas de mangues, totalizando aproximadamente 13.638,90 ha, existentes nas ilhas de Superagüi dos Pinheiros, das Peças, das Laranjeiras, do Rabelo, do Pavoçá, do Sambaqui nas Baías dos Pinheiros e Guaraqueçaba e na Enseada do Benito.

Anos depois, é criada APA de Guaraqueçaba, em 31 de Janeiro de 1985 pelo decreto nº 90.883 do Governo Federal. Com o objetivo de assegurar a proteção das últimas áreas representativas da Floresta Pluvial Atlântica, onde se encontram espécies raras e ameaçadas de extinção, o complexo estuarino da Baía de Paranaguá, os sítios arqueológicos (sambaquis), as comunidades caiçaras integradas no ecossistema regional, bem como controlar o uso de agrotóxicos e

demais substâncias químicas e estabelecer critérios racionais de uso e ocupação do solo na região.

Em 1986, se estabelece com o Decreto nº 93.053 de 31 de maio, um acréscimo de área na ESEC de Guaraqueçaba. Subsequente é criado o PARNA do Superagui em 1989, Decreto nº 97.688 de 25 de abril.

Neste mesmo ano também é fundado o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) com o objetivo de unificar a política ambiental brasileira, pois em razão da concomitante existência de SEMA e IBDF, ligadas a diferentes ministérios, havia sistemas paralelos e sem coordenação entre si. Mais recentemente, a gestão das unidades de conservação, passou a ser responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), separado do IBAMA em 2007 (MITTERMEIER, et al 2005). Nas últimas três décadas houve o surgimento de um forte movimento de Organizações Não Governamentais (ONGs) voltadas para a conservação da biodiversidade no Brasil. O crescente interesse em conservação, a transição para um governo democrático, o foco sobre as novas unidades de conservação e o interesse internacional crescente (encabeçado pelo WWF-EUA e, mais tarde, pela *The Nature Conservancy*) também resultaram em inúmeras novas ONGs conservacionistas (MITTERMEIER, et al 2005). A Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS) foi uma delas, após abrir um escritório em Curitiba, em 1990 começou a concentrar seus trabalhos na região de Guaraqueçaba, principalmente produzindo estudos sobre conservação para esta área. Em 1994, o estado do Paraná, através do Decreto 4.262, foi o primeiro no Brasil a instituir a categoria de manejo de Unidade de Conservação denominada Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). No mesmo ano a SPVS, recebeu a doação de áreas e constituiu a RPPN Morro da Mina no município de Antonina, com cerca de 2.300 hectares. Também nesse mesmo período, a Fundação do Grupo Boticário comprou uma área de 2.253 hectares, em Guaraqueçaba e concebeu a Reserva Natural Salto Morato. Em meados de 1999, com as áreas Serra do Itaqui e Rio Cachoeira, a SPVS totaliza 18,5 mil hectares de terras na APA de Guaraqueçaba (SPVS, 2013).

Depois de muito tempo na retaguarda, com propostas e estudos desde a década de 70, finalmente em 2000 foi aprovado no Congresso Nacional o Sistema

Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Lei nº 9.985/2000. Segundo Medeiros, a articulação para a aprovação não foi tarefa fácil:

Foram extensos oito anos de debates que incluíram a apresentação de dois substitutivos na Câmara, preservacionistas, conservacionistas, socioambientalistas e ruralistas travaram uma verdadeira batalha que mobilizou a imprensa, ONGs, além de fortíssimos *lobbies* no Congresso na defesa de suas posições sobre a forma e os critérios de proteção da natureza. Entre os pontos mais polêmicos destacavam-se a questão das populações tradicionais, a participação popular no processo de criação e gestão de Unidades de Conservação (UCs) e as indenizações para desapropriações (MEDEIROS, 2006).

O SNUC não só sistematizou as inúmeras leis dispostas sobre as diversas categorias de manejo, como também definiu critérios e normas para o estabelecimento e gestão das áreas protegidas sejam federais, estaduais, municipais ou privadas. Quanto à categoria de manejo as Unidades de Conservação foram divididas em dois grupos por meio do SNUC, sendo as de Proteção Integral e as de Uso sustentável. O objetivo principal das unidades de Proteção Integral é preservação da natureza permitindo somente o uso indireto dos seus recursos naturais. O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias: Estação Ecológica (ESEC), Reserva Biológica (REBIO), Parque Nacional (PARNA) e Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. Adicionalmente, as UCs de Uso Sustentável permitem o uso de uma parcela dos recursos naturais, visando compatibilizar a conservação da natureza e o uso sustentável. As Áreas de Proteção Ambiental (APA), Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Florestas Nacionais (FLONA) ou Estaduais, Reservas Extrativistas (RESEX), Reservas de Fauna, Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), constituem o grupo das Unidades de Uso Sustentável.

O litoral paranaense é constituído por um mosaico de Unidades de Conservação, comporta categorias de Uso Sustentável e de Proteção Integral, em âmbito federal, estadual, municipal e privado. É a maior área contínua de floresta original do Estado do Paraná, no ano de 2006, possuía 82,48% do território coberto por UCs e/ou áreas protegidas. Entre os municípios que o compõem, merece

destaque Guaraqueçaba, com 98,76% de seu território coberto por UCs (DENARDIN et al, 2008; KOMARCHESKI, 2012).

Aliás, no litoral norte do Paraná, a APA de Guaraqueçaba, e as RPPNs são de Uso Sustentável e o PARNA de Superagui, a ESEC de Guaraqueçaba e a REBIO Bom Jesus, recém-criada (Decreto Federal 5 de junho de 2012), são de Proteção Integral. Relativo ao Plano de Manejo destas UCs, instrumento fundamental de gestão da unidade onde se estabelece, de acordo com os seus objetivos, o seu zoneamento, as normas que devem presidir o uso da área, o manejo dos recursos naturais, e inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade. Na APA apenas as RPPNs possuem o instrumento aplicado. Entretanto, cabe ao SNUC estabelecer o prazo máximo de cinco anos após o decreto de criação da UC para elaboração do plano de manejo.

Como elucida Diegues (2001), a criação destas unidades de conservação, é vista pelas comunidades tradicionais, como uma usurpação de seus direitos sagrados à terra onde viveram seus antepassados, a perda do espaço coletivo, o território, no qual se realiza seu modo de vida distinto do urbano industrial, marca a mudança de seu vínculo com a natureza. Um exemplo é a proibição pela Lei da Mata Atlântica (2006) do tradicional sistema de pousio ou agricultura de coivara, na qual são abertas clareiras na floresta para serem cultivadas por períodos mais curtos do que aqueles destinados ao descanso e regeneração da terra.

Segundo Albagli (2004), território é o espaço apropriado por um ator, sendo definido e delimitado por e a partir de relações de poder, em suas múltiplas dimensões. Cada território é produto da intervenção e do trabalho de um ou mais atores sobre determinado espaço. As relações sociais e políticas, decorrentes dos processos de ocupação do território, da implantação e gestão das unidades de conservação, e dos instrumentos de ordenamento do território, reproduzem conflitos que conferem ou reduzem direitos fundiários e de propriedade, regulam e induzem os usos do solo sob a ótica do capital.

Até onde há registros, a ocupação do que hoje constitui o litoral paranaense se iniciou há aproximadamente 6.000 anos pelo homem do sambaqui, como atestam quase três centenas de sambaquis da região (MARTIN et al, 1988; PARELLADA; GOTTARDI NETO, 1994). A expulsão destas terras, sempre habitadas pelas comunidades tradicionais, mas sem delimitação e documento baseados na lógica da

propriedade privada, implica na impossibilidade de continuar existindo como grupo portador de determinada cultura. Em muitos casos, relatam considerar que seu território, após a criação do parque, pertence à polícia florestal, aos administradores do parque ou às instituições que atuam em conjunto com essas instâncias (DIEGUES, 2001).

A dificuldade no diálogo entre os diversos atores sociais, os institucionalizados e os não institucionalizados, expõe as comunidades da APA de Guaraqueçaba a uma situação de fragilidade. As criminalizações do modo de vida tradicional, a redução dos seus territórios e a restrição do tipo de produção, contribuem para que a região tenha os piores índices de desenvolvimento humano do Estado do Paraná e um dos mais baixos do Brasil. A previsão de instalação de novos empreendimentos no Litoral do Paraná não condizentes com os objetivos de proteção do bioma Mata Atlântica, como terminais portuários, aeroporto de cargas, rodovias e ferrovias, cria um cenário onde os conflitos existentes tendem a se acirrar e a excluir ainda mais os modos de vida e produção não convencionais, além de colocar em risco a conservação da biodiversidade local. Os impactos causados por esses empreendimentos como: o aumento da demanda por recursos hídricos, a produção de contaminantes de diferentes tipos, a migração de mão de obra temporária necessária para instalação dos empreendimentos, a especulação imobiliária, entre outros, coloca em risco toda a política de conservação que está estabelecida na região. O trabalho coloca em pauta a discussão das relações antagônicas entre os esforços conservacionistas e a democratização do acesso aos recursos naturais e a luta por justiça ambiental. De acordo com Acsehrad (2010):

As lutas por justiça ambiental combinam: a defesa dos direitos a ambientes culturalmente específicos - comunidades tradicionais situadas na fronteira da expansão das atividades capitalistas e de mercado; a defesa dos direitos a uma proteção ambiental equânime contra a segregação socioterritorial e a desigualdade ambiental, promovidas pelo mercado; a defesa dos direitos de acesso equânime aos recursos ambientais, contra a concentração das terras férteis, das águas e do solo seguro nas mãos dos interesses econômicos fortes no mercado (ACSELRAD, 2010).

Pois bem, nesse ponto nos deparamos com uma dicotomia. De um lado, uma política desenvolvimentista calcada na exploração dos recursos naturais onde o

contraponto é a criação de áreas legalmente protegidas (seguindo o modelo norte americano); e do outro o desenvolvimento sustentável do território onde a conservação dos recursos naturais se dá como parte dos modos de ser e fazer das comunidades. No primeiro caso o que há de bom é concentrado nas mãos de poucos e instala-se a injustiça ambiental, no segundo caso ocorre à democratização do uso dos recursos naturais.

Frente a essa dicotomia iremos procurar estabelecer uma reflexão sobre as seguintes indagações:

Como criar mecanismos para que as comunidades tradicionais permaneçam no território e não sejam fragilizadas? Como aliar as atividades econômicas e culturais à proteção ambiental? Como fazer com que as instituições tomadoras de decisão compreendam o modo de ser e fazer das comunidades tradicionais?

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivos:

- I - Resgatar o histórico do uso e ocupação do solo na região como forma de contextualizar o cenário atual;
- II - Identificar as políticas públicas de gestão territorial na região;
- III - Compreender como se estabelecem as relações de poder entre os diferentes atores sociais da área de estudo e como se dá o acesso aos recursos naturais;
- IV - Identificar e descrever as potencialidades e atuais iniciativas de organização de comunidades tradicionais da região;
- V - Produzir mapas temáticos para a espacialização das informações.

2 MATERIAL E MÉTODOS

2.1 ÁREA ESTUDADA

A APA de Guaraqueçaba está localizada no litoral norte do Paraná, abrangendo todo o município de Guaraqueçaba, parte de Antonina, Paranaguá e Campina Grande do Sul, perfazendo uma área de 282.444 ha entre as coordenadas 48°45' e 48°00'W e 24°50' 25°30'S. Limitada ao sul pela Baía de Paranaguá e ao norte pela cadeia de montanhas da Serra do Mar (FIGURA 1), essa região segundo a classificação de *Koepfen* apresenta dois tipos climáticos, subtropical úmido mesotérmico com verão quente e subtropical úmido com verão fresco (IPARDES, 1995).



FIGURA 1 - LOCALIZAÇÃO DA APA DE GUARAQUEÇABA, LITORAL DO PARANÁ, BRASIL.
FONTE: os autores (2013)

A temperatura média do mês mais quente está acima dos 22°C e a temperatura do mês mais frio varia entre 18°C e - 3°C. O clima na região é sempre úmido apresentando chuvas bem distribuídas durante todo o ano, a precipitação varia, de 1700 mm anuais nas regiões mais altas, acima de 900 m, a 2500 mm na planície costeira (IPARDES 2001).

Na APA de Guaraqueçaba ocorrem distintos grupos de rochas e sedimentos os quais estão associados diretamente a dois domínios geológicos principais: cobertura sedimentar cenozóica e rochas do embasamento e diques juro-cretácios associados (IPARDES 2001). No domínio da cobertura sedimentar cenozóica Angulo (1992a) aponta unidades compostas por sedimentos de origem continental (leque, cones aluviais, talus, colúvios e fluviais) e costeiros (planície costeira com cordões litorâneos e estuarinos). No domínio das rochas do embasamento e diques juro-cretácios são identificadas as seguintes unidades: complexo granulítico Serra Negra, complexo gnáissio migmatítico costeiro do Proterozóico Inferior, suíte granítica folhada do Proterozóico Inferior, granitos subalcalinos e alcalinos do Cabriano e intrusivas básicas do mesozoico segundo estudo realizado em 1989 pela Mineris do Paraná SA – Serviço Geológico do Paraná (MINEROPAR) sobre a geologia do estado do Paraná.

O solo da região apresenta composições bastante variadas com a predominância de Cambissol que está presente em 50% da superfície da APA. Os outros 50% da superfície estão divididos de forma quase que igualitária entre Latossolo Vermelho-Amarelo (7%), Podzólico Vermelho-Amarelo (8%), Podzol (12%), Solos Hidromórficos Gleyzados Indiscriminados (10%), Solos Indiscriminados de Mangue (6%), Afloramento de Rochas (7%) (IPARDES 1995).

Inserida no bioma mata atlântica a APA de Guaraqueçaba faz parte do maior contínuo florestal do mesmo, é coberta por formações de Floresta Ombrófila Densa e áreas de Formações Pioneiras a partir dos critérios de classificação da vegetação do projeto RADAM Brasil (IPARDES 1995). Os tipos de Floresta Ombrófila Densa encontrados na região são os seguintes: Floresta Ombrófila Densa de Planícies Aluviais (o longo de rios e entre vales, principalmente na planície litorânea), Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas (de 5 a 50 m de altitude), Floresta Ombrófila Densa Sub-Montana (de 50 a 500 m), Floresta Ombrófila Densa Montana (de 500 a 1200 m) e Floresta Ombrófila Densa Alto Montana (de 1200 a 1400 m) (Redemap).

Nas áreas de formação pioneira são identificadas Formações Pioneiras de Influência Marinha (restinga), Formações Pioneiras de Influência Fluviomarina (mangues e áreas de transição) e Formações Pioneiras de Influência Fluvial (brejos e várzeas) (IPARDES 1995).

Atualmente foram publicados pela ONG SOS Mata Atlântica, os dados atualizados sobre os remanescentes florestais e áreas naturais da Mata Atlântica, para a região da APA de Guaraqueçaba (TABELA 1).

TABELA 1 – REMANESCENTES FLORESTAIS E ÁREAS NATURAIS DA MATA ATLÂNTICA (PERÍODO 2011-2012)

Municípios	Área do Município (ha)	Mata	Mangue	Restinga	Total Natural	%
Antonina	88.102	57.915	5.525	6.335	69.776	79%
Guaraqueçaba	202.229	112.187	13.488	36.293	161.968	80%
Paranaguá	82.623	18.545	5.101	16.428	40.074	49%
Campina Grande do Sul	54.075	22.218	0	0	22.219	41%

FONTE: SOS MATA ATLÂNTICA (2013).

O sistema de drenagem da região conta com um sistema ramificado de rios que tem suas nascentes nas montanhas da Serra do Mar e sua desembocadura nas baías de Pinheiros, Laranjeira e Antonina. As principais bacias hidrográficas que estão total ou parcialmente dentro da APA são: Guaraqueçaba, Serra Negra, Tagaçaba, Faisqueira, Cachoeira, Itaqui, Benito, Itinga e Sebui (IPARDES, 1995).

2.2 COMUNIDADES ESTUDADAS

A APA de Guaraqueçaba tem aproximadamente 55 comunidades distribuídas em seu território, o estudo foi desenvolvido em nove comunidades (FIGURA 2), com uma diversidade cultural e étnica, entre agricultores familiares, indígenas, quilombolas e trabalhadores ligados ao Movimento Sem Terra (MST).

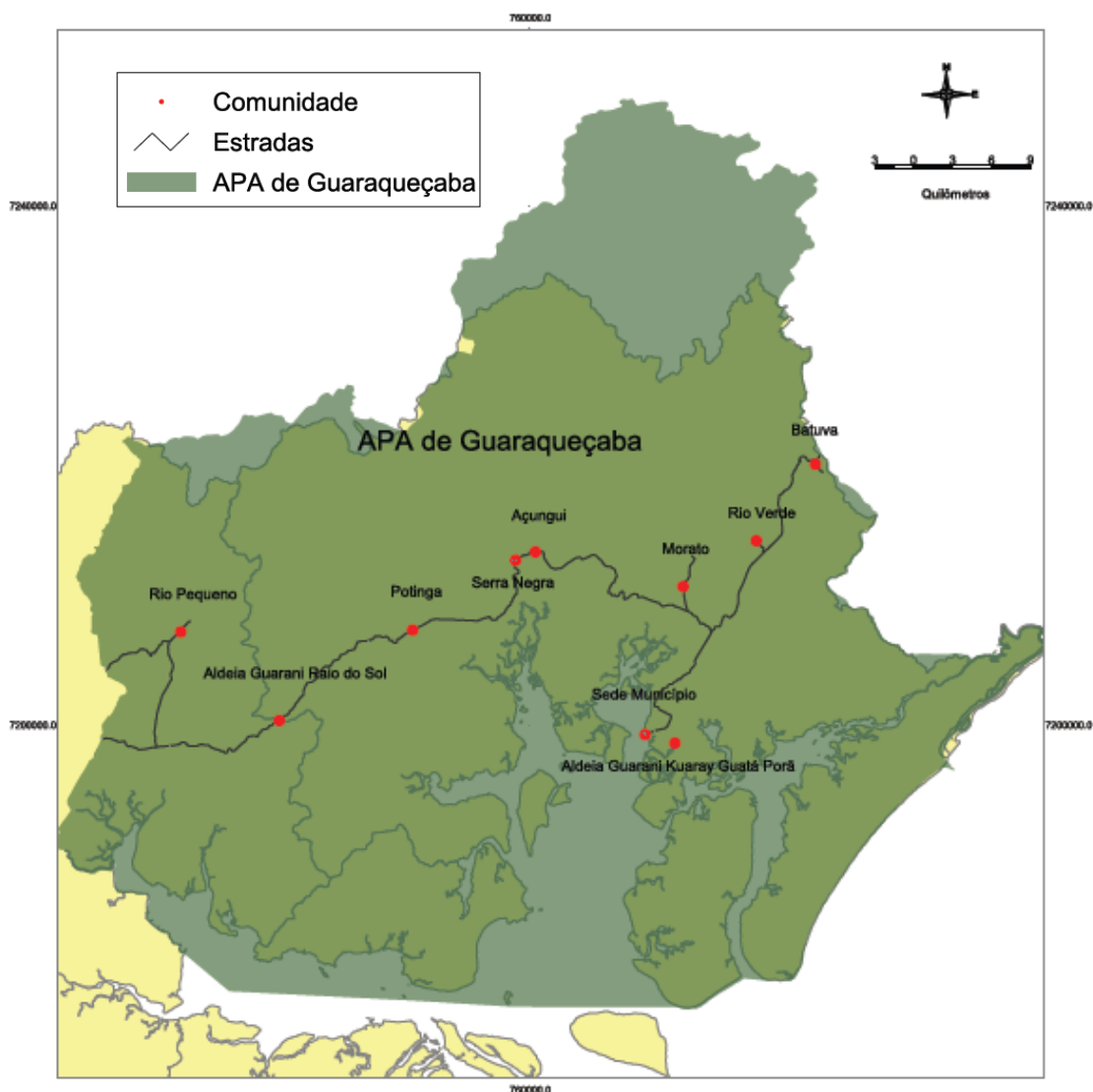


FIGURA 2 – LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES ESTUDADAS E SEDE DO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, APA DE GUARAQUEÇABA, PARANÁ.
FONTE: os autores (2013)

2.2.1 Açungui

A comunidade de Açungui está localizada as margens do rio Açungui e da rodovia PR-405, próxima às coordenadas UTM 22J 758905 721269, entre Tagaçaba e Serra Negra, a cerca de 40 km da sede do município de Guaraqueçaba. Segundo relato dos moradores mais antigos, o nome da comunidade é originário do “Saltinho”, onde nasce o rio Açungui e deu início a comunidade, quanto à descendência a maioria relata ter parentesco de origem indígena e portuguesa.

A comunidade tem por volta de 165 habitantes, distribuídos em 37 famílias, a principal fonte de renda é a agricultura baseada na produção de banana, pupunha e mandioca, seguida de outras fontes como o comércio, aposentadoria, pensões, serviço público e construção civil. A comunidade também sobrevive de empreitadas em propriedades de grandes agricultores, da venda de outros produtos como farinha de mandioca, mel e cana de açúcar (DENARDIN et al. 2012; SIBUYA et al.2013).

No Programa Paraná Doze Meses, no ano de 2003, através do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), a comunidade de Açungui foi contemplada com uma farinheira comunitária (FOTO 1) e um micro trator. Entretanto a unidade produtiva não estava ativa devido à falta de organização social e manutenção dos maquinários. No ano de 2007, a Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral começou a atuar na localidade, inicialmente com o Projeto de Pesquisa: “Estudo da Cadeia Produtiva da Mandioca como estratégia do desenvolvimento da Agroindústria Familiar no Litoral Paranaense”, mais tarde se transforma no Projeto de Extensão Reestruturação Produtiva de Farinheiras Comunitárias no Litoral Paranaense e no ano de 2009 se torna o Programa de Extensão Farinheiras no Litoral do Paraná e conquista o Prêmio Universidade Solidária do Banco Santander. Através da reestruturação da unidade produtiva (Figura 3) foram beneficiadas diretamente 15 famílias, atualmente a Associação de Moradores e Pequenos Produtores do Açungui está ativa (FOTO 2) e conquistou o alvará de funcionamento da prefeitura e a licença da vigilância sanitária para a produção de farinha de mandioca.

Segundo o Programa de Extensão o foco é auxiliar na autogestão e empoderamento da mesma, a perspectiva é que a comunidade de Açungui continue mantendo sua segurança alimentar e que a farinheira comunitária se torne uma atividade cada vez mais rentável. Cabe ressaltar também o grande potencial para a

certificação da produção orgânica, visto que, a maioria dos agricultores produz sem adição de insumos químicos.



FOTO 1 – FARINHEIRA COMUNITÁRIA DO AÇUNGUI
FÔNTE: os autores (2013).



FOTO 2 – REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO DE AÇUNGUI
FÔNTE: PROGRAMA FARINHEIRAS (2013).

2.2.2 Potinga

A comunidade de Potinga fica entre as comunidades de Rio do Cedro e Tagaçaba, próxima às coordenadas geográficas 25° 14'S e 48° 30'W, sua população reside basicamente às margens da PR 405 e uma pequena parcela habita o entorno próximo de alguns rios que permeiam a região. A comunidade possui cerca de 200 habitantes (KASSEBOEHMER, 2007).

A principal fonte de renda é a agricultura baseada na produção de banana, pupunha e mandioca, seguida de outras fontes como o comércio, aposentadoria, pensões, serviço público e construção civil.

No ano de 2003, semelhante à comunidade do Açungui, os moradores de Potinga também foram contemplados com uma farinheira comunitária (FOTO 3). No entanto, mesmo com a Associação de Moradores e Pequenos Produtores de Potinga e Rio do Cedro ativa e fortalecida (FOTO 4), a unidade produtiva não estava em funcionamento devido à falta de manutenção dos maquinários. A Associação é formada pelas comunidades de Potinga e Rio do Cedro, tendo cerca de 30 famílias associadas e uma capacidade notável de articulação. A maioria dos associados são vinculados a outras associações ou iniciativas coletivas ligadas a produção de banana, meliponicultura e turismo local. No ano de 2009, a Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, através do Programa de Extensão Farinheiras no Litoral do

Paraná, também passou a atuar na localidade, com o intuito de reestruturar a farinha comunitária. A mesma encontra-se nas últimas etapas para a obtenção do alvará de funcionamento e licença da vigilância sanitária.



FOTO 3 – FARINHEIRA COMUNITÁRIA DE POTINGA
FONTE: os autores (2013)



FOTO 4 – REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO DE POTINGA E RIO DO CEDRO
FONTE: PROGRAMA FARINHEIRAS (2012)

2.2.3 Aldeia Guarani Raio do Sol (Bom Jesus)

Localizada as margens da PR-405, a aldeia encontra-se na divisa dos municípios de Antonina e Guaraqueçaba, dentro dos limites da Reserva Biológica Bom Jesus. Os indígenas vivem na área há cerca de um ano e meio, migraram de uma aldeia no município de Mangueirinha no interior do Paraná, e afirmam que estão nas terras antes do Governo Federal decretar a criação de uma REBIO em 2012, categoria mais restritiva de unidade de conservação.

A comunidade tem 25 habitantes distribuídos em cinco famílias, mas a tendência é que este número aumente, pois mais famílias da aldeia de Piraquara tem a intenção de migrar para o litoral. A aldeia não apresenta infraestrutura adequada, não dispõem de escola para as crianças, energia elétrica, os banheiros são do tipo latrina e a captação de água é feita por intermédio de poços artesianos.

Atualmente sobrevivem de caças (de maneira controlada), pequenas criações de aves e do pouco cultivo que detém baseado na produção de milho e

mandioca para o consumo próprio, ainda não recebem nenhum tipo de subsídio da FUNAI (Fundação Nacional do Índio).

2.2.4 Aldeia Guarani Kuaray Guatá (Cerco Grande)

A aldeia situa-se próxima à sede do município de Guaraqueçaba, cerca de 3 km, contudo o acesso é complicado, para chegar ao povoado é necessário atravessar um canal e realizar uma caminhada em trilha fechada.

Conforme o relato do Pajé Faustino, sua família reside na aldeia desde 2002, mas as primeiras famílias surgiram em meados de 1986, mesmo com a permanência no território as terras ainda não foram demarcadas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Na comunidade existem cerca de 30 habitantes, distribuídos em 7 famílias, anteriormente chegou a abrigar 15 famílias (FOTO 5). A pequena produção agrícola é baseada na plantação de banana, mandioca e cana-de-açúcar, destinada ao consumo próprio. Os indígenas também sobrevivem da pesca (sem a utilização de redes predatórias), pequenas criações de aves, caças (de maneira controlada) e artesanatos. Algumas famílias recebem o auxílio do Programa Bolsa Família, do Governo Federal e a assistência de cestas básicas da FUNAI, no período de 3 em 3 meses.

No que tange à infraestrutura, as casas das famílias são simples feitas de pau – a – pique, chão batido e cobertas com capim e lona ou telhas (FOTO 6). A Companhia de Rede de Água de Guaraqueçaba também instalou água potável e banheiros, posteriormente a Companhia Paranaense de Energia (COPEL) introduziu sistemas de aquecimento solar nos banheiros, porém a aldeia não tem energia elétrica. Recentemente foi construída na aldeia a Escola Estadual Kuaray Guatá Porã que atende até o 5º ano, as aulas em português são ministradas pela Professora Maria Izabel e as aulas em guarani pelo cacique Valdinei.



FOTO 5 – CRIANÇAS DA ALDEIA GUARANI KUARAY GUATÁ PORÃ
FONTE: os autores (2013)



FOTO 6 - CASA DE PAU-A-PIQUE NA ALDEIA GUARANI KUARAY GUATÁ PORÃ
FONTE: os autores (2013).

2.2.5 Batuva

Comunidade quilombola (FOTO 7) com base na agricultura familiar, localizada a aproximadamente 25 km da sede de Guaraqueçaba próxima à divisa com o estado de São Paulo, seu acesso se dá por estrada auxiliar a PR-405. Faz parte da bacia hidrográfica da Baía das Laranjeiras na porção norte do município e ocupa o vale formado pelas Serras da Utinga, Negra, Gigante e Morato (KASSEBOEHMER, 2007).

Segundo a descrição do Professor Ilton Gonçalves da Silva, morador nascido em Batuva, à maioria do grupo veio de Cananéia e do Vale do Ribeira, no Estado de São Paulo. A comunidade tem aproximadamente 200 habitantes, distribuídos em 8 famílias, quanto à estrutura há uma escola de 1º ao 5º ano, um mercado pequeno, um telefone público, uma igreja, água encanada e distribuição de energia elétrica. A produção é baseada no cultivo de banana, mandioca, feijão, arroz, palmito, pupunha e inhame (FOTO 8), bem como em pequenas criações de aves. Existe também uma Unidade de Transformação dos Produtos Agrícolas de Batuva, que está inativa, a iniciativa foi de um Projeto de Extensão do Setor de Agrárias, da Universidade Federal do Paraná, da organização não governamental SPVS (Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental), da empresa Terra Preservada em conjunto com a EMATER, o Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR), o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), prefeituras de

Guaraqueçaba, Antonina, Morretes e Paranaguá. Na época de implantação deste projeto foi criada a Associação de Moradores e Produtores do Batuva, porém a organização não teve prosseguimento e hoje está inativa.

Atualmente, os moradores de Batuva tem contato mais direto com um Projeto de Extensão, da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, que os auxilia desde a organização social da comunidade e formação continuada de professores até assistência em questões mais específicas como a meliponicultura.



FOTO 7 - COMUNIDADE QUILOMBOLA DO BATUVA
FONTE: os autores (2013)



FOTO 8 - PROF ILTON AO LADO DE SUA PRODUÇÃO DE INHAME
FONTE: os autores (2013)

2.2.5 Rio Verde

O acesso via terrestre à comunidade quilombola de Rio Verde ocorre através da PR-405 e da linha Guaraqueçaba – Batuva faz divisa com as terras da RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural) Salto Morato da Fundação “O Boticário” de Proteção à Natureza.

A comunidade é composta por cerca de 60 famílias, onde grande parte do grupo possui grau de parentesco com a comunidade do Batuva, é originária de Cananéia e do Vale do Ribeira, no estado de São Paulo. A agricultura é voltada a subsistência, baseada nos cultivos de banana, mandioca, feijão, arroz, palmito, pupunha e inhame, e alguns detêm pequenas criações de aves e produzem o mel

da abelha nativa da região. De acordo com Brandenburg *et al.* (2007), o alimento é comprado com a renda obtida principalmente: a) pelo trabalho como camarada; b) com a comercialização da banana; c) aposentadorias; d) empregos não agrícolas (funcionalismo público); e) atividades extrativas ilegais. Observou-se que, além dessas duas estratégias, a doação de alimentos, realizada no interior de redes sociais, é igualmente importante.

Relativo à infraestrutura a comunidade tem água potável encanada, energia elétrica, um telefone público, algumas vendas de comércio, igrejas e uma unidade de produção orgânica desativada e uma escola de 1º a 5º ano, onde as aulas são multisseriadas (FOTO 9 e 10).

Não há relatos de nenhuma associação ou organização comunitária formalizada, mas houve uma parceria com a SPVS (Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental) e a Empresa Terra Preservada, porém atualmente não se tem mais informações sobre tal parceria.



FOTO 9 - COMUNIDADE DE RIO VERDE
FONTE: os autores (2013).



FOTO 10 – ESTRADA DA COMUNIDADE
FONTE: os autores (2013).

2.2.6 Morato

Comunidade vizinha a RPPN Salto Morato da Fundação “O Boticário” de Proteção à Natureza, situa-se a 19 km da sede de Guaraqueçaba. Residem no Morato, aproximadamente 40 famílias, cujo seu principal sustento provém da agricultura familiar. O cultivo é baseado na produção de mandioca, banana, arroz e inhame, existem nas propriedades pequenas criações de aves.

Atualmente não existe nenhuma organização comunitária ativa, houve uma tentativa de Associação de Artesãos do Morato através da Fundação Grupo Boticário, que não obteve sucesso e está desativada. Quanto aos indicadores de estrutura da comunidade, existe água potável encanada, energia elétrica, um telefone público, um campo de futebol, estabelecimentos de comércio, igrejas, posto de saúde, uma escola de 1º ao 5º ano e a sede da que contém uma cozinha comunitária (FOTO 12 e 13).



FOTO 11 – ESTRADA DA COMUNIDADE
FONTE: os autores (2013).



FOTO 12 - MORADIA DA COMUNIDADE
FONTE: os autores (2013).

2.2.7 Serra Negra

Localizada na região central do município, na rodovia PR-405, as margens do Rio Serra Negra. A comunidade tem aproximadamente 160 habitantes, a base do seu sustento é a agricultura, a produção é constituída em especial da banana, pupunha e mandioca e algumas criações ligadas à pecuária.

Serra Negra usufrui de energia elétrica, abastecimento de água, estabelecimentos de comércio, igrejas, um mirante, dois telefones públicos e um posto telefônico que viabiliza ligações interurbanas e internacionais, há também uma escola que oferece durante o dia o ensino básico de 1º ao 5º ano e a noite o supletivo de 6º ao 9º ano, posto de saúde e uma cozinha comunitária no bananal (AGUDELO *et al.* 2004) (FOTO 13 e 14).



FOTO 13 - ÁREA DE PLANTIO DA COMUNIDADE
FONTE: os autores (2013).



FOTO 14 – MORADIA DA COMUNIDADE
FONTE: os autores (2013).

2.2.8 Acampamento José Lutzemberg (Rio Pequeno)

Localizado na área rural do município de Antonina, no Rio Pequeno, abrange uma área de aproximadamente 300 hectares. A extensão pertencia legalmente à antiga Agropecuária São Rafael do fazendeiro Sr. Pedro Paulo Pamplona, entretanto os agricultores familiares denominados como ‘posseiros’ é que residiam e faziam o uso da terra, ou seja, cumpriam a função social da terra. Mas eram cada vez mais frequentes as pressões por parte do proprietário, o que instaurou o conflito fundiário e fez com que os agricultores partissem para o enfrentamento aliando-se ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Deste modo, a localidade foi estabelecida em 31 de março de 2004 como o Acampamento do MST José Lutzemberg (FOTO 15).

Segundo BORSATTO (2007) desde o primeiro dia de ocupação, é proibido o uso de quaisquer tipos de agrotóxicos ou fertilizantes solúveis; é realizado um trabalho contínuo de recuperação ambiental por meio do plantio de espécies nativas; a mata ciliar do rio está sendo reconstituída; é incentivada a busca de soluções endógenas para os problemas; se busca somente a utilização de recursos autóctones no processo de produção de alimentos e se promove o plantio de diferentes espécies vegetais para garantir a segurança alimentar das famílias; entre outras práticas preconizadas pela Agroecologia.

Relativo à estrutura o acampamento segue o modelo de ‘agrovila’, tem um barracão onde ocorrem as reuniões e encontros, tem água potável encanada, energia elétrica, telefone público, a escola do movimento está sendo implantada, a

comunidade tem um caminhão para o transporte da produção orgânica e um trator entregue recentemente ao município por meio de uma emenda parlamentar.

Atualmente a comunidade está conseguindo se sustentar através da Agroecologia, comercializa para a os Programas do Governo Federal de merenda escolar orgânica, e passou pela última fase de certificação orgânica da Rede Ecovida de Agroecologia, o olhar externo, e teve um parecer positivo (FOTO 16).



FOTO 14 - GALPÃO DO ACAMPAMENTO JOSÉ LUTZEMBERG
FONTE: os autores (2013).



FOTO 16 - ETAPA OLHAR EXTENO DO PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO DE PRODUÇÃO ORGÂNICA DA REDE ECOVIDA
FONTE: os autores (2013).

2.3 PROCEDIMENTOS

O foco central do presente trabalho é de natureza complexa e exige múltiplos olhares, portanto foi necessário utilizar uma diversidade de instrumentos e ferramentas metodológicas no seu desenvolvimento, como a pesquisa documental e revisão bibliográfica, diagnóstico das comunidades estudadas, saídas de campo, organização e realização de evento, reuniões, entrevistas e o uso de geoprocessamento para espacialização das informações.

2.3.1 Pesquisa Documental e Revisão Bibliográfica

Na área de estudo e na temática escolhida, existe uma infinidade de trabalhos realizados, a pesquisa documental e a revisão bibliográfica demandou uma seleção dos principais documentos. Inicialmente foram consultados os

documentos oficiais, o Diagnóstico Ambiental da APA de Guaraqueçaba realizado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) em 1995, o Zoneamento do APA de Guaraqueçaba realizado pelo IPARDES em 2001 e o Plano Diretor do Município de Guaraqueçaba realizado pela empresa consultora Vertrag Planejamento Ltda em 2006.

A meta era obter um histórico do uso e ocupação do solo, bem como das legislações vigentes, e contextualizar a situação atual da região.

No segundo momento, foram analisados artigos, teses e relatórios sobre a APA de Guaraqueçaba, a maioria no âmbito dos conflitos ocasionados com a chegada da conservação no território, a criação do conselho consultivo da APA, a gestão das UCs e a organização social das comunidades. Todavia, também foi necessário um estudo mais aprofundado dos autores que discutem a temática da conservação, do socioambiental, justiça ambiental, justiça social e participação social.

2.3.2 Diagnóstico das Comunidades e Saídas de Campo

O diagnóstico foi realizado juntamente com a mobilização da participação das comunidades no I Encontro das Comunidades do Litoral do Paraná.

As saídas de campo ocorreram nos meses de abril até julho de 2013, ao todo foram realizadas quatro saídas de campo para as localidades onde já havia uma relação com a liderança local, além dos objetivos acima o intuito era vivenciar um pouco do cotidiano do meio rural da APA de Guaraqueçaba. Durante as saídas eram feitos registros fotográficos e anotações no diário de campo, sobre a percepção do ambiente e de algumas falas de pessoas-chave, mas somente quando se percebia que não iria alterar o desempenho do discurso das comunidades.

A primeira saída de campo (FOTO 17) aconteceu no dia 22 de abril, com o veículo da UFPR – Setor Litoral, ao Acampamento do MST José Lutzemberg. O objetivo era obter um contato mais próximo com o pessoal do Acampamento, conhecer a área, dialogar e organizar as visitas nas comunidades do I Encontro e acompanhar a última etapa do processo de certificação orgânica realizado pela Rede Ecovida de Agroecologia. Devido à equipe da Motirõ Sociedade Cooperativa ter uma relação de trabalho, confiança e amizade duradoura com o Acampamento a

aproximação dos autores foi positiva. Também estavam presentes neste dia certificadores da Rede Ecovida de Agroecologia, profissionais do Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR), mas no intuito apenas de acompanhar a experiência, o ICMBIO, a EMATER, integrantes do MST da Lapa e da Via Campesina do Equador.



FOTO 17 – PRIMEIRA SAÍDA DE CAMPO

FONTE: os autores, (2013).

O segundo campo (FOTO 18) ocorreu do dia 9 a 11 de maio de 2013, foi realizado com veículo da liderança do Acampamento, o objetivo era ter um primeiro diálogo com as comunidades, sobre o panorama dos conflitos existentes, as potencialidades e a necessidade de participação comunitária para a discussão de um espaço como o I Encontro. Cada comunidade também recebeu o documentário intitulado “A economia verde vs. a economia das comunidades: uma história dos povos da mata atlântica no Sul do Brasil”, produzido em DVD pelo MST e pelo Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (organização do Uruguai) em 2012, na qual grande parte das comunidades participou do documentário denunciando as fragilidades enfrentadas no território.

Na saída de campo estavam presentes um dos autores (Nathalia), o líder do Acampamento do MST José Lutzemberg (Jonas), dois integrantes da Motirõ Sociedade Cooperativa (Jhonatan e Tatiana) e o vice-cacique da Aldeia Guarani Raio do Sol (Lauricy).



FOTO 18 - SEGUNDA SAÍDA DE CAMPO

FONTE: os autores, (2013).

No primeiro dia foram visitadas: a Aldeia Guarani Raio do Sol, cujo contato foi com as lideranças, o cacique Rivelino, sua esposa Elza e o vice-cacique Lauricy que acompanhou a viagem; na comunidade do Morato onde foi conversado com a Josiane, Gilson e Dinizar; em seguida fomos a Batuva, porém a liderança local não estava e o contato foi com o seu irmão Pedro; a comunidade do Rio Verde, onde paramos para pouso, foi dialogado com o Professor Antônio.

No segundo dia, partimos bem cedo em direção à sede do município de Guaraqueçaba, onde fizemos contato com o Jersé, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; a Colônia de Pescadores; o Zé Muniz, professor, organizador de um espaço da cultura e fandangueiro; e com o Professor Ilton do Batuva que voltava de um curso. Prosseguimos até a Aldeia Guarani Kuaray Guatá Porã no Cerco Grande, onde paramos novamente para pouso, na aldeia foi conversado principalmente com o cacique Valdinei e o pajé Faustino, mas o diálogo foi tranquilo visto que havia um guarani junto à equipe de viagem. No terceiro dia foram visitadas as comunidades de Serra Negra, Açungui e Potinga, porém só foi possível contato com a Rose, presidente da Associação de Produtores e Pequenos Produtores do Açungui.

O terceiro campo (FOTO 19), também com veículo do MST, aconteceu do dia 12 a 14 de junho de 2013. A finalidade era reforçar o diálogo com as comunidades e

entregar os convites do I Encontro (Figura 18). Além de marcar o trajeto e a localização das comunidades com o GPS.

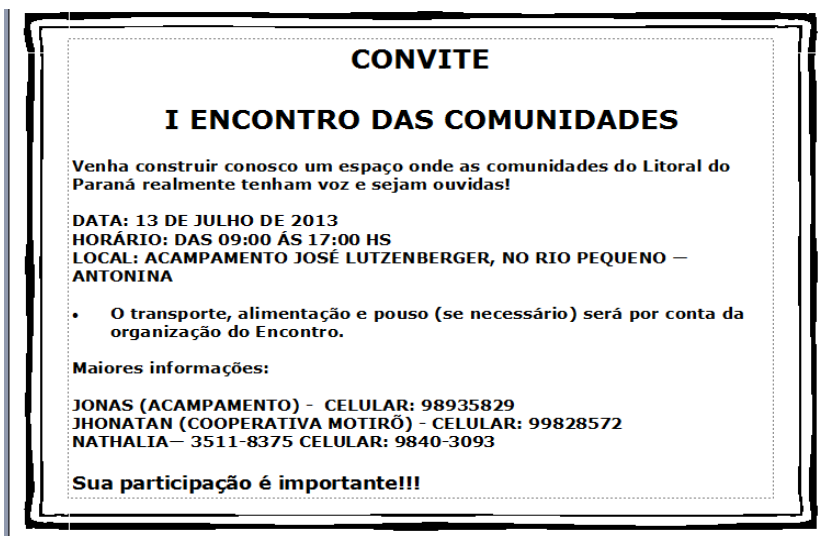


FIGURA 3 - CONVITE DO I ENCONTRO DAS COMUNIDADES
FONTE: os autores (2013).

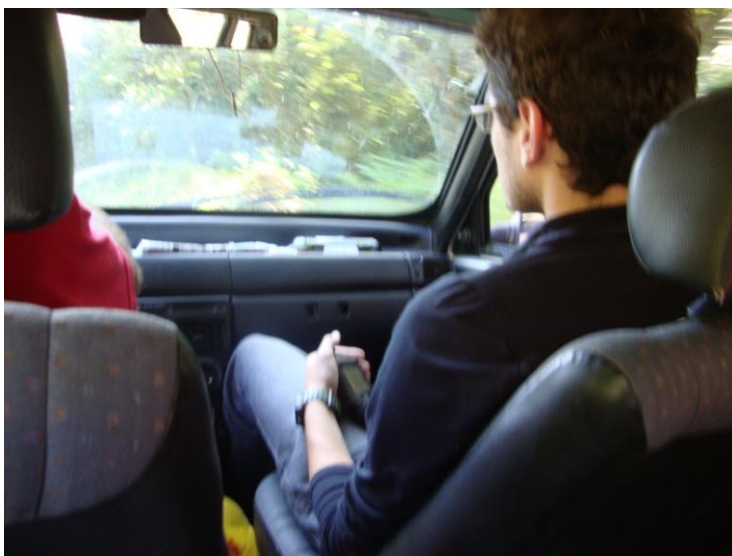


FOTO 19 – TERCEIRA SAÍDA DE CAMPO
FONTE: os autores, (2013).

Nessa saída de campo estavam presentes os autores (Nathalia e Luiz), o líder do Acampamento do MST José Lutzenberg (Jonas), um integrante da Motirõ Sociedade Cooperativa (Tatiana). No primeiro dia foram visitadas, a sede do município de Guaraqueçaba e a comunidade quilombola do Batuva. Na sede foram entregues os convites a Professora Maria Izabel diretora da escola na Aldeia Guarani no Cerco Grande, ao Zé Muniz, o Jersé e a Colônia de Pescadores; na

comunidade quilombola do Batuva ao Professor Ilton, liderança local que ofereceu sua residência para o pernoite do grupo.

No segundo dia, apesar da proximidade com a comunidade quilombola do Rio Verde, o grupo não se deslocou até lá, pois o Professor Ilton havia avisado que seu irmão Professor Antônio, liderança do Rio Verde, estava em outra cidade fazendo um curso de formação para professores. Foram então visitadas as comunidades do Morato, Serra Negra, Açungui, Potinga e a Aldeia Guarani Raio do Sol. No final do dia o grupo se dirigiu ao Acampamento do MST José Lutzemberger.

No terceiro e último dia de saída, foi acompanhada a entrega de um trator ao Acampamento realizada pela prefeitura de Antonina. O trator foi obtido por meio de uma emenda parlamentar, conseguida pelo deputado federal Dr. Rosinha, porém estava parado no pátio da prefeitura há quase um ano por questões políticas.

A quarta saída de campo teve a duração de apenas um dia e foi realizada no dia 10 de julho de 2013, com veículo da UFPR - Setor Litoral, estavam presentes os autores (Nathalia e Luiz). O objetivo foi confirmar o número de participantes de cada comunidade no I Encontro, a fim de viabilizar o transporte até o local do evento na data marcada.

2.3.3 Geoprocessamento

Nas saídas a campo foram coletados pontos e trilhas com a localização das comunidades visitadas e suas vias de acesso. Para a coleta desses dados foi usado um aparelho GPS Garmin GPSmap 60CSx padronizado com o sistema de referência SAD 69. Em campo também foi usada uma planilha para descrição e tabulação de características relevantes dos locais de interesse.

Além dos dados coletados em campo, foram utilizados na produção dos mapas, arquivos *shapefile* disponíveis no portal do ICMBIO (Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade), a base de dados da UFPR - Setor Litoral e dados fornecidos pela ONG SPVS. Nem todas as reservas particulares estão representadas nos mapas porque não conseguimos obter junto aos proprietários os respectivos *shapefiles*.

Na produção dos mapas foi utilizado o software livre de sistema de informações geográficas gvSIG em sua versão 1.11.

2.3.4 Entrevistas

A técnica de entrevista foi utilizada no intuito de compreender melhor a atuação das instituições e as relações sociais existentes na APA de Guaraqueçaba. A escolha dos entrevistados foi baseada principalmente numa relação de proximidade existente com as instituições.

Neste trabalho foi adotada como referência a entrevista despadronizada (ou não estruturada) e não dirigida.

Na entrevista despadronizada o entrevistado tem a liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. A entrevista não dirigida permite que haja uma liberdade total por parte do entrevistado, que poderá expressar suas opiniões e sentimentos. A função do entrevistador é de incentivo, levando o informante a falar sobre determinado assunto, sem, entretanto forçá-lo a responder (MARCONI; LAKATOS, 2011).

A primeira entrevista ocorreu no dia 25 de junho de 2013, com o Sr. José Otávio Cardoso Consoni, funcionário público desde o IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), trabalhou durante muito tempo na gestão da APA e ESEC de Guaraqueçaba, inclusive logo após a criação destas unidades. Atualmente é analista ambiental do Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange, com sede no município de Matinhos, mas continua auxiliando com as informações e histórico que possui da região.

A segunda entrevista foi realizada no dia 26 de junho de 2013 com a Sra. Eliane Bee Boldrini, fundadora da ONG Ademadan com sede no município de Antonina, sua tese de Mestrado e Doutorado foram relacionadas com a APA de Guaraqueçaba e também desenvolve projetos nesta região.

Ambos discorreram sobre suas experiências na região e perspectivas futuras através do cenário atual.

2.3.5 Participação em Reunião

No dia 04 de julho de 2013, aconteceu na sede da ONG Ademadan no município de Antonina, uma reunião de discussão da reativação do conselho consultivo da APA de Guaraqueçaba, visto que este fazia um ano que não estava

em funcionamento. O objetivo da reunião foi contextualizar o histórico do conselho para auxiliar na compreensão da situação atual e discutir qual a melhor forma de reativação do conselho. A recém-gestora da APA de Guaraqueçaba, Sra. Fátima Guedes, foi quem coordenou a reunião. Participaram da reunião a Sra. Mônia Laura Faria Fernandes gestora da REBIO Bom Jesus; o Sr. José Otávio Cardoso Consoni e o Sr. Luiz Francisco Ditzel Faraco ambos analistas ambientais do PARNA de Saint-Hilaire/Lange; o Sr. Luis Fernando da EMATER de Antonina, a Sra. Manuela Dreyer e a Sra. Larissa Lopes Mellinger do GIA (Grupo Integrado de Aquicultura e Estudos Ambientais) da UFPR; a Sra. Camila Domit e o Sr. Allan Krelling da Associação Mar Brasil. Os autores participaram apenas como ouvintes.

2.3.6 Organização do I Encontro das Comunidades do Litoral do Paraná

A idealização do I Encontro das Comunidades do Litoral do Paraná surgiu no I Seminário de Diálogo de Saberes no Litoral do Paraná com a temática Conflitos Socioambientais, que ocorreu nos dias 3 a 5 de dezembro de 2012, na UFPR – Setor Litoral, no município de Matinhos. Durante o seminário ocorreu uma mesa-redonda sobre as ruralidades no Litoral do Paraná, organizado pela Motirõ Sociedade Cooperativa, estavam presentes os agricultores: Sr. Jonas liderança do Acampamento do MST José Lutzemberg em Antonina, Sr. Ademir Fernandes representando o Assentamento Nhundiaquara (Gleba Pantanal) em Morretes, Sr. Rivelino cacique da Aldeia Guarani Raio do Sol divisa com Antonina e Guaraqueçaba, e Sras. Neuza e Lili representando a Associação de Moradores e Produtores de Açungui em Guaraqueçaba. Após as discussões na mesa-redonda, aconteceu uma reunião entre as lideranças das localidades, organizada pelo líder do Acampamento e a Motirõ com o propósito de discutir a necessidade de uma articulação entre as comunidades do litoral paranaense, nesta reunião ficou designado que iriam acontecer outras reuniões para organizar a ideia.

No total foram realizadas 12 reuniões (FOTO 20 e 21), nos meses de abril a julho de 2013, em conjunto com a Motirõ e o Acampamento do MST José Lutzemberg.



FOTO 20 – REUNIÃO COM A MOTIRÕ
FONTE: os autores, (2013).



FOTO 21 – REUNIÃO NO ACAMPAMENTO
JOSÉ LUTZEMBERG
FONTE: os autores, (2013).

O I Encontro das Comunidades do Litoral do Paraná foi realizado no dia 13 de julho de 2013, no Acampamento José Lutzemberg, na comunidade do Rio Pequeno, no município de Antonina.

As seguintes comunidades foram convidadas (Figura 19): Aldeia Guarani Raio do Sol, Aldeia Guarani Kuaray Guatá Porã, Aldeia Guarani Guavirá Ty, Açungui, Batuva, Cachoeira, Morato, Pantanal, Ponta Oeste, Potinga, Rio Verde, Riozinho, Serra Negra, São Joãozinho. Destas somente duas não compareceram: o Açungui e Serra Negra. Também receberam convite as seguintes instituições: a Colônia de Pescadores, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a organização dos Fandangueiros de Guaraqueçaba, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a Escola Latino Americana de Agroecologia na Lapa, o Movimento por Moradia de Curitiba, o Núcleo de Prática Jurídica da UFPR, o Setor Litoral – da UFPR. A Colônia de Pescadores e o Sindicato dos Trabalhadores rurais não compareceram.

Na chegada ao evento os participantes confirmavam sua presença na recepção e recebiam uma fita com uma cor de identificação (azul, amarela, verde, preta, vermelha e branca), depois eram direcionados a mesa com o café da manhã oferecido pela comunidade. Após a confirmação de todos os presentes, as mulheres

do Rio Pequeno realizaram uma mística de acolhida, em seguida houve uma breve fala de boas vindas dos representantes do Acampamento do MST José Lutzemberg e da Motirõ.

Posterior às boas vindas, os participantes se apresentaram e relataram um pouco da realidade de comunidade, experiências e onde está localizada. Essa atividade transcorreu até o fim da manhã. Finalizadas as apresentações foi servido o almoço, também ofertado pela comunidade do Acampamento. A primeira atividade do período da tarde foi à apresentação do fandango, dança tradicional da região, realizada pelo grupo de fandango do Zé Muniz. Na sequência os participantes foram divididos em seis grupos segundo a cor das fitas que receberam no momento da sua chegada. Cada grupo realizou uma visita, guiada por um morador, a área de produção no sistema agroflorestal. No retorno da visita os grupos formados se tornaram grupos de trabalho para discutir as seguintes questões:

1. Quais os problemas comuns entre as comunidades?
2. Construir para quem este espaço?
3. Como deve ser o espaço?
4. Qual o tempo entre um encontro e outro?
5. Onde será o próximo encontro?

Somando o número de inscritos, nos grupos de discussão, temos o total de 85 participantes sendo 39 mulheres e 46 homens.

A última atividade realizada foi o repasse ao grande grupo dos temas e propostas centrais vistos nos grupos menores e a indicação de representantes das comunidades presentes para formar uma comissão permanente para organização dos próximos encontros.

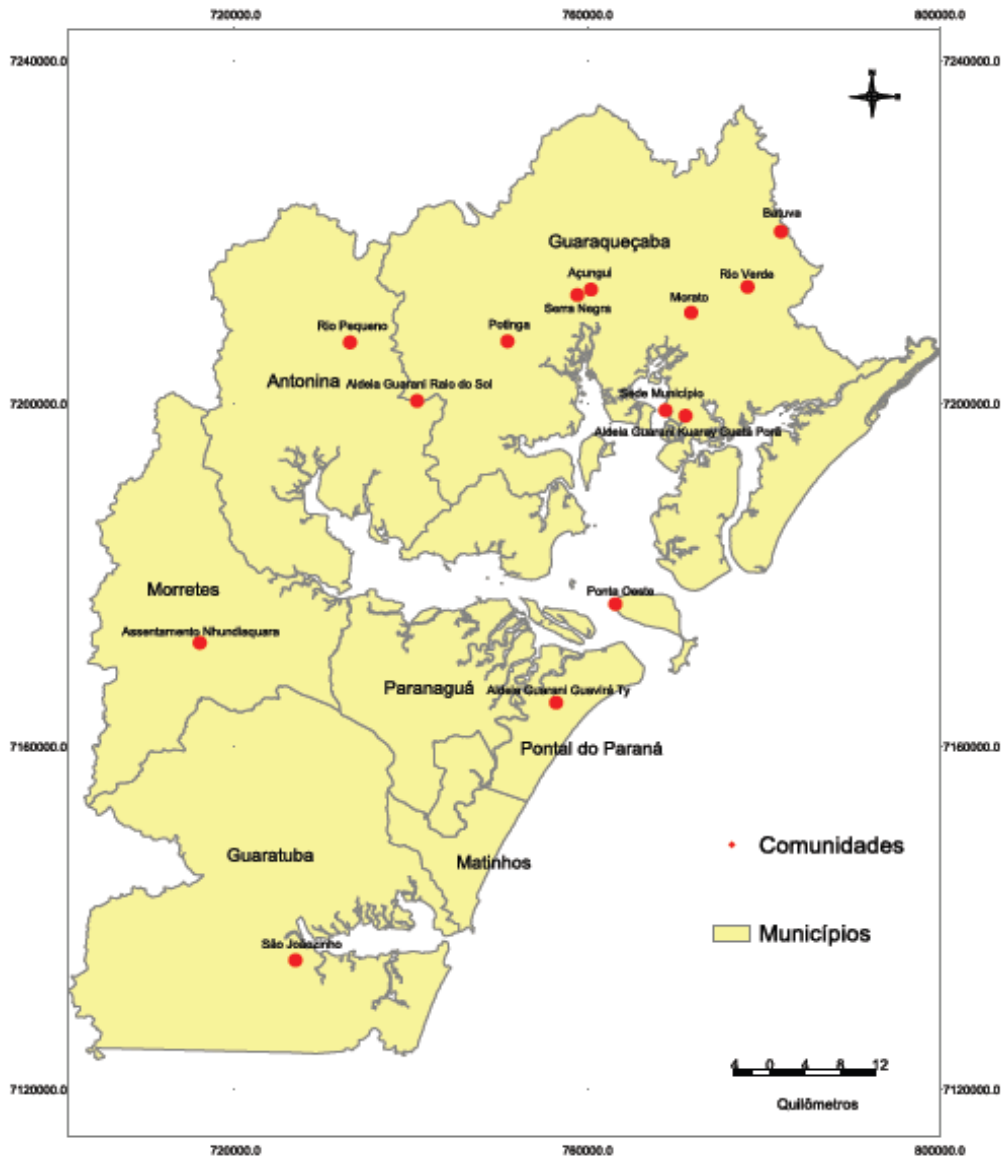


FIGURA 4 - LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES CONVIDADAS PARA O I ENCONTRO DAS COMUNIDADES DO LITORAL DO PARANÁ REALIZADO NO DIA 13 DE JULHO DE 2013, NO ACAMPAMENTO JOSÉ LUTZEMBERG, NA COMUNIDADE DO RIO PEQUENO, NO MUNICÍPIO DE ANTONINA
FONTE: os autores (2013).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 HISTÓRICO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO E POLITICAS PÚBLICAS DE GESTÃO TERRITORIAL

A revisão bibliográfica realizada comprova que a área de estudo é habitada há muito tempo. Do homem do sambaqui, seu primeiro habitante, até a atualidade diversos processos históricos contribuíram para que a região se tornasse uma importante área para a conservação. Detentora de grande biodiversidade e recursos naturais, mas em uma situação crítica quanto às populações que vivem e dependem da natureza para reproduzirem seus modos de vida.

No sec. XVI quando os europeus chegaram à costa paranaense, a cultura do homem do sambaqui estava extinta e a região estava ocupada pelos índios carijós, pertencentes à grande família Tupi-Guarani (BIGARELLA, 1999).

A colonização europeia na região, devido a expedições que buscavam metais preciosos principalmente o ouro, foi o primeiro fator de alteração do modo de usar e ocupar o território (MARAGON et al 2004).

Segundo Miguel et al. (1998):

Com o fim do ciclo do minério a região permaneceu até o início da década de 1960 isolada dos processos de transformação dos sistemas de produção e consumo, diferentemente da maioria das regiões do sul do país. Sendo assim os povos da região mantiveram até a referida década seus modos de exploração do meio baseado na apropriação direta dos recursos naturais: extração do palmito (*Euterpe edulis*), exploração de madeira e cipós, pesca artesanal e caça, transformação artesanal de produtos florestais e agrícolas e cultura da banana, do arroz, da mandioca (e em uma menor escala do milho e do feijão) com o sistema de cultivo de queimada (MIGUEL et al 1998)

As políticas públicas de incentivo a implantação de empreendimento agrosilvopastoris na região no final dos anos 1960 e início dos 1970, alterou de forma significativa o uso do território e o acesso aos recursos naturais no que se refere às populações tradicionais (FERREIRA et al 2011; MIGUEL et al 1998; CORNETTA 2005).

A ocupação e a expansão fundiária de empreendimentos ligados à exploração de madeira e palmito, cultivo de café e a bubalinocultura ocorreram sob

circunstâncias duvidosas. A grilagem e a apropriação de terras devolutas por parte desses empreendimentos provocou um processo de migração das populações para áreas menores, menos férteis e reduziu o acesso a áreas e recursos fundamentais à reprodução do seu modo de vida (CORNETTA, 2005; PIERRI et al 2006).

A chegada dos latifúndios provocou um processo acelerado de degradação da região, devido à superexploração dos palmitais e a derrubada de grandes áreas florestadas para dar lugar a pastagens e criações de búfalo (FOTO 22) (CORNETTA, 2005; PIERRI et al 2006).



FOTO 22 – CRIAÇÃO DE BÚFALOS

FONTE: os autores, (2013).

Na década de 1980 a constatação da degradação dos ecossistemas da região, provocada pelas atividades desenvolvidas nos latifúndios somadas a crescente força do movimento ambientalista internacional, levou o poder público a tomar iniciativas quanto à implantação de unidades de conservação na região como meio de resguardar sua biodiversidade. O processo de criação não participativo dessas UCs, somados a uma série de dispositivos regulamentadores das práticas agrícolas e florestais na região, não diferenciava os latifundiários dos pequenos produtores, o que produziu impactos negativos quanto às populações que estão no interior ou entorno dessas áreas (Denardin *et al* 2009). Posteriormente, em meados da década de 1990, a situação se intensificou com o interesse de diversas ONGs

conservacionistas na área, adquiriram grandes lotes de terra na Mata Atlântica, transformando-as em RPPNS.

Cabe aqui, neste tópico, fazer uma cronologia da criação dessas unidades por meio de mapas:

1) Criação da Estação Ecológica de Guaraqueçaba em 1982.

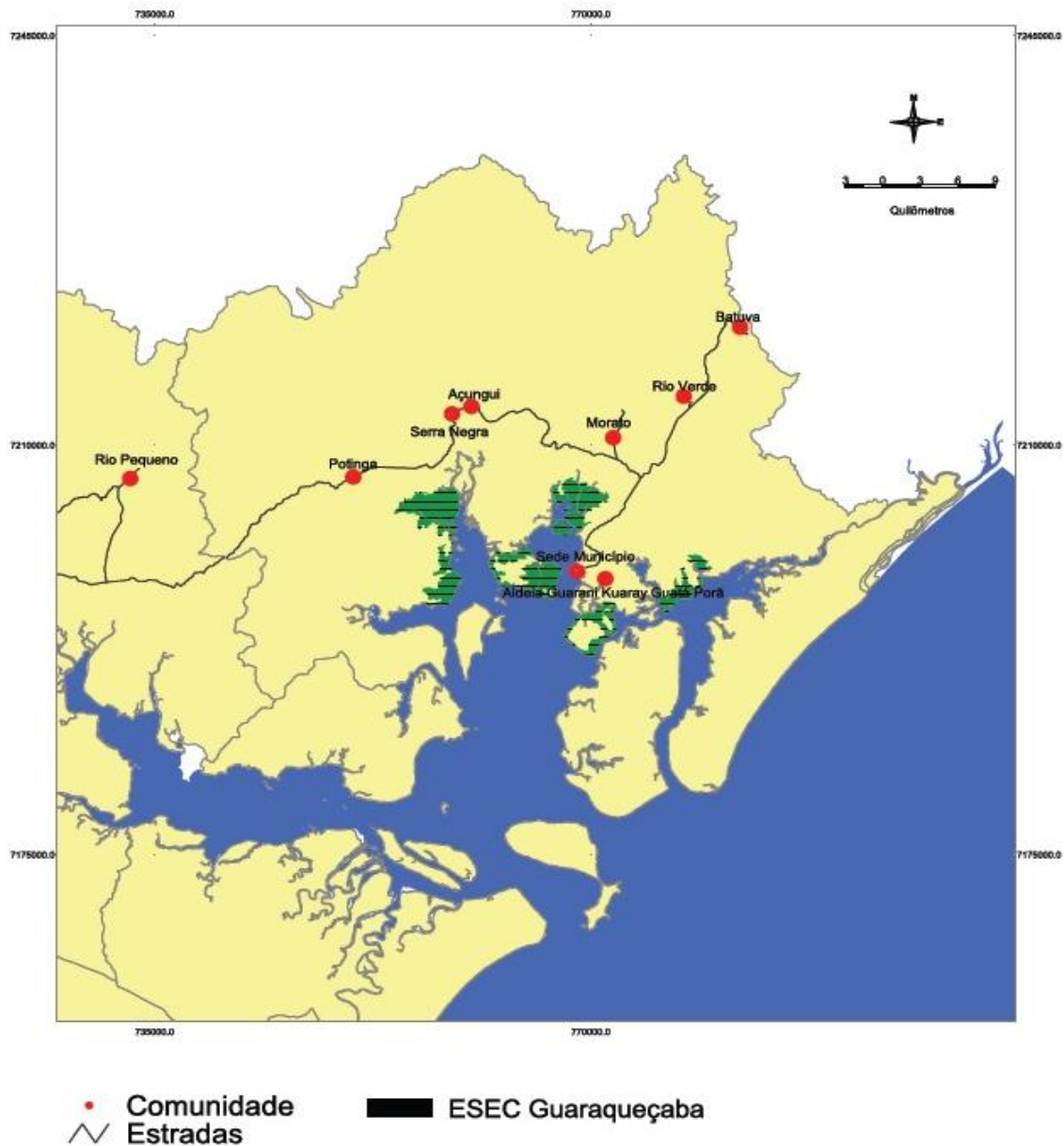


FIGURA 5 – LOCALIZAÇÃO DA ESEC GUARAQUEÇABA
FONTE: os autores, (2013).

2) Criação da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba em 1985.

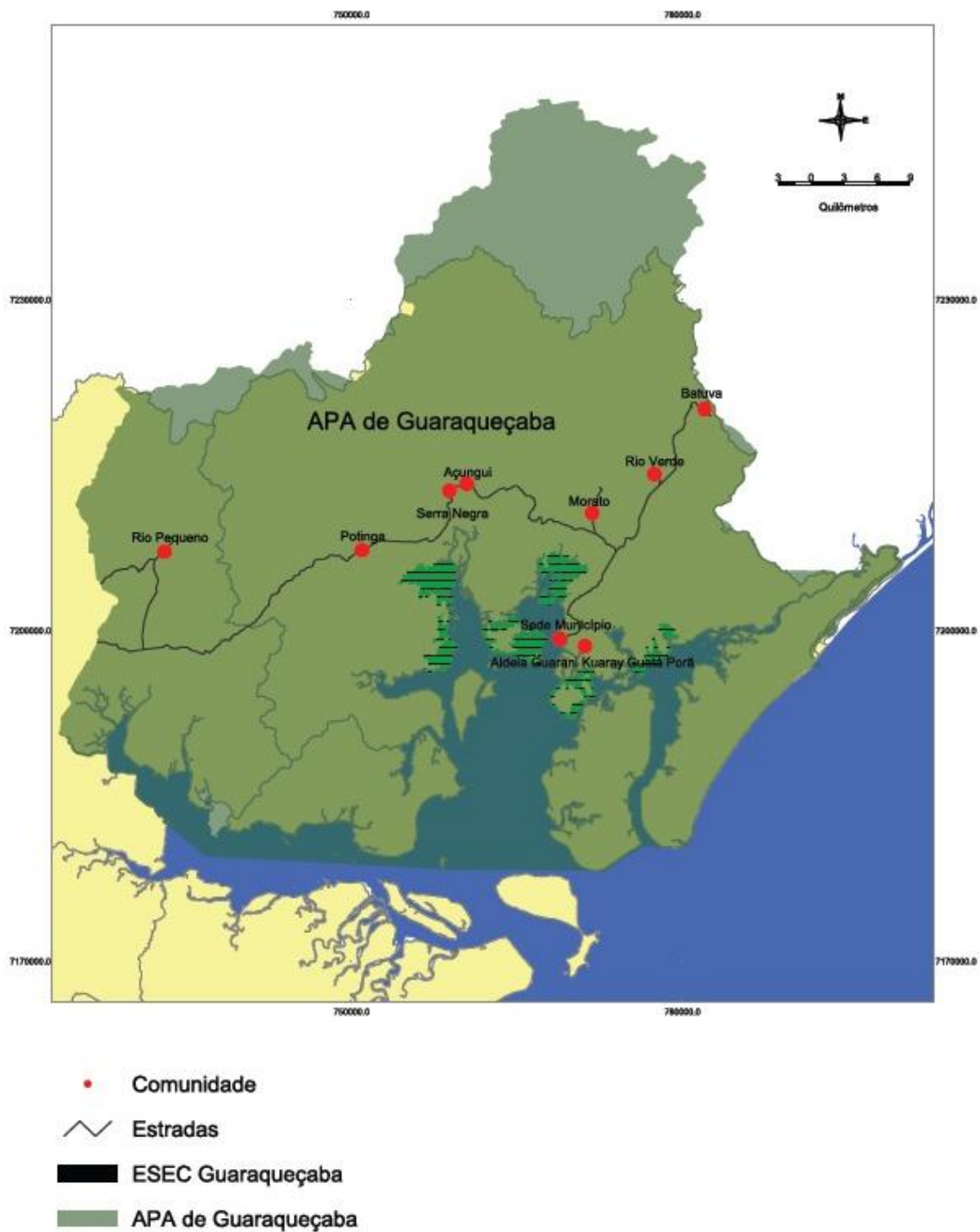


FIGURA 6 – LOCALIZAÇÃO DA APA DE GUARAQUEÇABA

FONTE: os autores, (2013).

3) Criação do Parque Nacional do Superagui em 1990.

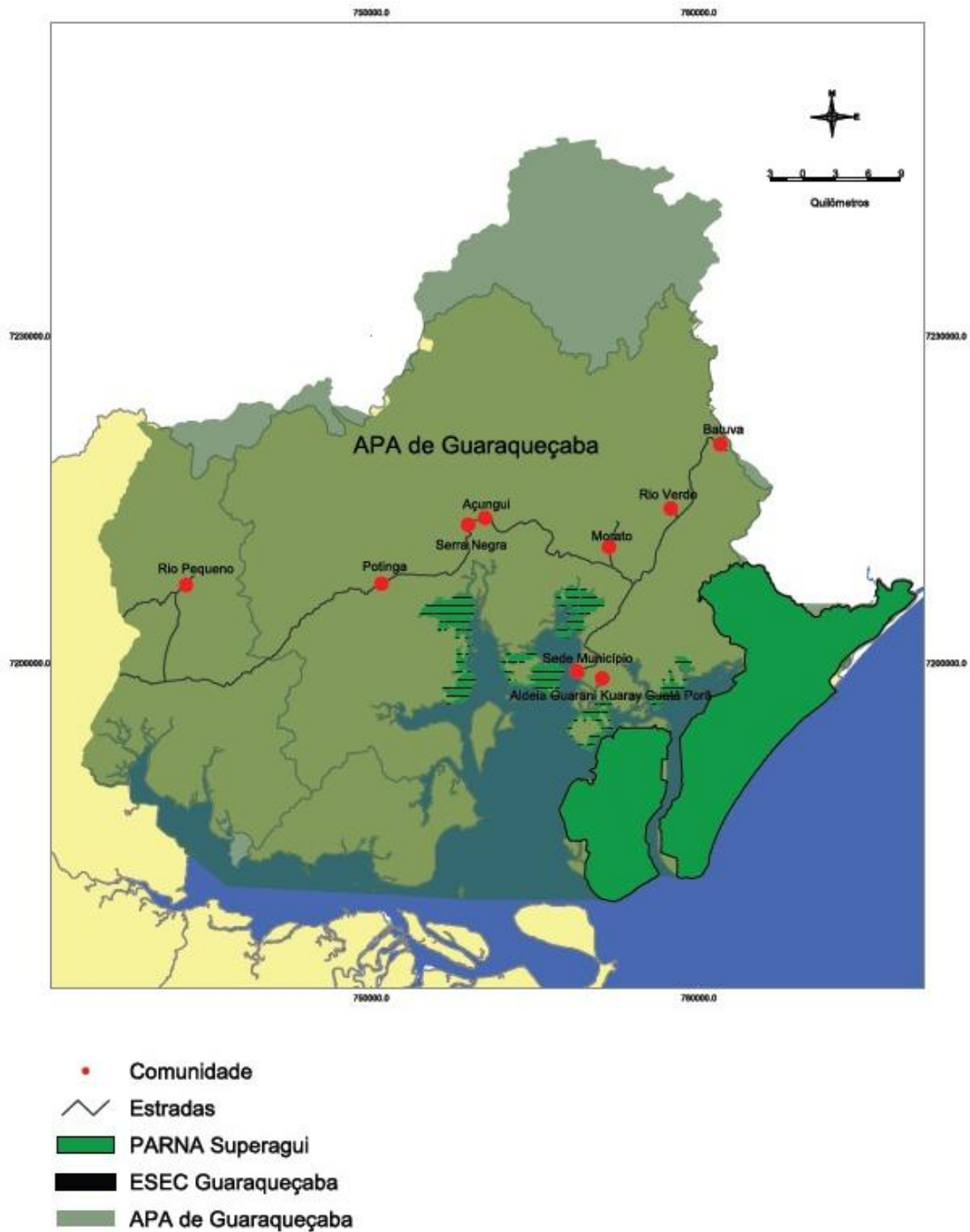


FIGURA 7 – LOCALIZAÇÃO DO PARNA SUPERAGUI

FONTE: os autores, (2013).

4) Criação das Reservas Particulares do Patrimônio Natural na década de 90.

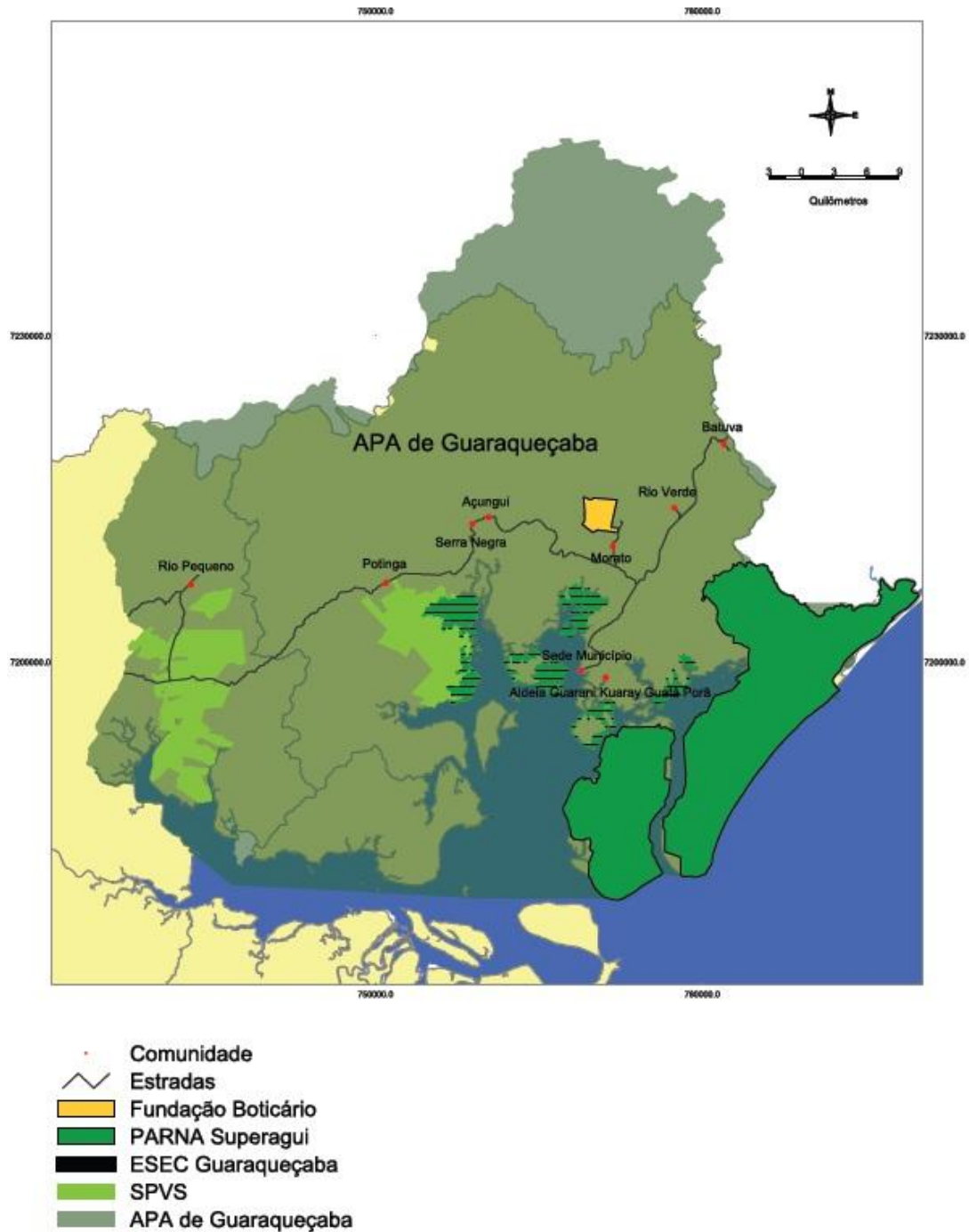


FIGURA 8 – LOCALIZAÇÃO DAS RPPNs

FONTE: os autores, (2013).

5) Criação da Reserva Biológica do Bom Jesus em 2012.

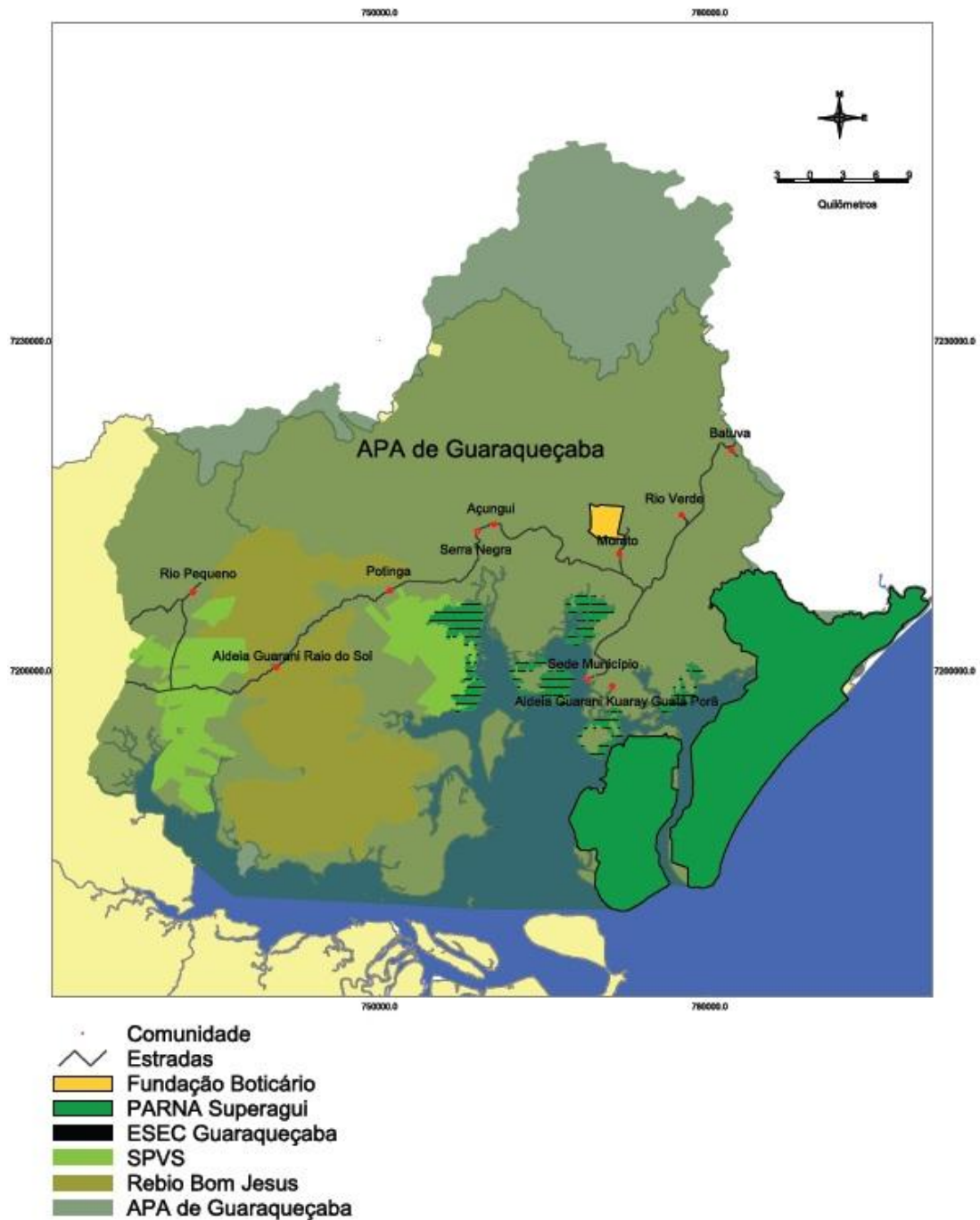


FIGURA 9 – LOCALIZAÇÃO DA REBIO BOM JESUS

FONTE: os autores, (2013).

A política ambiental na região é marcada por uma superposição de regras decorrentes da especificidade das unidades territoriais e também do controle do uso dos recursos naturais. Assim, um mesmo espaço, além das proibições específicas a área de proteção ambiental, pode ser atingido pelo código que regulamenta a exploração da floresta, pela restrição de exploração da Mata Atlântica, pela regulamentação da extração de palmito, pela limitação de uso dos solos e pela proibição da caça. (MIGUEL et al. 1998).

Em contraponto as políticas públicas de conservação, que tem como um de seus objetivos assegurar a proteção das populações que vivem de forma integrada com os ecossistemas regionais, somente em 2007 com o decreto nº 6040/07, institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades onde essas populações foram reconhecidas oficialmente pelas instituições.

O arranjo das políticas de gestão do território produziu historicamente, uma série de conflitos socioambientais na área de estudo. Políticas governamentais de incentivo a implantação de latifúndios, a criação de unidades de conservação sem participação efetiva das populações e a chegada das ONGs conservacionistas afetaram diretamente os modos de vida tradicionais contribuindo, segundo Cornetta (2005), para o processo de expulsão da população e supressão de modos alternativos de produção e consumo. Como aponta Acselrad (2010), na atual fase neoliberal do capitalismo a pressão predatória exercida sobre os mais fracos é identificada por intermédio da chamada “chantagem locacional dos investimentos”, mecanismo central nas condições de liberalização hoje prevalentes, para a imposição de riscos ambientais e de trabalho às populações destituídas.

3.2 CONFLITOS COM AS ONGS

De acordo com Mittermeier (2005), a criação de áreas protegidas no Brasil impulsionou nas últimas décadas o crescimento do terceiro setor, especialmente com a chegada de ONGs conservacionistas. Mas como atenta Montaña (2002), é necessário refletir até que ponto esse crescimento é positivo, e qual o real papel deste setor perante a sociedade, visto que, está imerso dentro de um sistema capitalista:

O capital luta por instrumentalizar a sociedade civil – torná-la dócil, desestruturada, desmobilizada, amigável. O debate sobre o “terceiro setor”, como ideologia, transforma a sociedade civil em meio para o projeto neoliberal desenvolver sua estratégia de reestruturação do capital, particularmente no que refere à reforma da Seguridade Social. Portanto, a funcionalidade do “terceiro setor” ao projeto neoliberal consiste em torná-lo instrumento, meio, para:

- 1) Justificar e legitimar o processo de desestruturação da Seguridade Social e desresponsabilização do Estado na intervenção social.
- 2) Desonerar o capital da responsabilidade de co-financiar as respostas às refrações da “questão social” mediante políticas sociais estatais.
- 3) Despolitizar os conflitos sociais dissipando-os e pulverizando-os, e transformar as “lutas contra a reforma do Estado” em “parceria com o Estado”.
- 4) Criar a cultura/ideologia do “possibilismo”.
- 5) Reduzir os impactos (negativos ao sistema) do aumento do desemprego
- 6) A localização e trivialização da “questão social” e a autoresponsabilização pelas respostas às suas sequelas (MONTAÑO, 2002).

No litoral norte do Paraná, a expansão das ONGs se acentuou na década de 90, com a implantação da SPVS e a Fundação Grupo Boticário.

O movimento pela a idealização da SPVS tem início em 1980, todavia a ONG é fundada somente em 1984 na cidade de Curitiba, sua missão é trabalhar pela conservação da natureza, através da proteção de áreas nativas, de ações de educação ambiental e do desenvolvimento de modelos para o uso racional dos recursos naturais. Dois anos depois estabelece parcerias com o IBAMA (hoje ICMBIO), o Instituto de Terras Cartografia e Florestas (ITCF atualmente o ITCG) e outras instituições, o que expande suas atividades de pesquisa e educação ambiental. O interesse pela região da APA de Guaraqueçaba acontece em 1993, diante a colaboração em algumas pesquisas, como o Plano Integrado de Conservação para a APA. A área do Morro da Mina, localizada no município de Antonina, foi à primeira adquirida pela SPVS, com cerca de 2300 hectares, em 1994 (SPVS, 2013). No mesmo ano a Fundação Grupo Boticário, com o objetivo de promover ações de conservação da natureza, comprou uma área de 2.253 hectares, em Guaraqueçaba e constituiu a Reserva Natural Salto Morato.

A assinatura do Protocolo de Kyoto em 1997 estabeleceu a redução de gases do efeito estufa pelas nações industrializadas e a implantação de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), podendo ser cumpridos pelos países, fora de seu território. Nesta conjuntura a SPVS, a partir de 1999, conseguiu financiamentos com a TNC (*The Nature Conservancy*) e empresas americanas, como a *American Electric Power*, *General Motors* e *Chevron Texaco*, interessadas em seus projetos de conservação ambiental e captação de carbono atmosférico, a fim de combater os efeitos do aquecimento global. (BORSATTO, 2007; CORNETTA, 2007). Além dos projetos de seqüestro de carbono, a SPVS vem recebendo incentivos financeiros de empresas transnacionais como a Audi com a campanha de adoção de um papagaio-de-cara-roxa. Ao todo a SPVS tem 18,5 mil hectares de terras na APA de Guaraqueçaba, as áreas do Morro da Mina, Serra do Itaqui, Rio Cachoeira e Sebuí (CORNETTA, 2007; SPVS, 2013).

Como elucida Cornetta (2007) que aborda a privatização da Mata Atlântica e as problemáticas agrárias na APA, o conflito com as comunidades se dá principalmente, em razão das terras compradas pela ONG com capital estrangeiro, serem exatamente as mesmas adquiridas pelos criadores de búfalos, nas décadas de 60 e 70, mas com o adicional da restrição dos recursos naturais. Contudo as comunidades estudadas afirmam que a região ainda abrigava inúmeras comunidades locais que estavam assentadas nas terras durante anos, como é o caso das famílias que formaram o Acampamento do MST José Lutzemberg, o proprietário legal da área tinha intenção de vender a propriedade a SPVS. Conforme entrevista ao jornal Carta Maior, publicada em março de 2006, Jonas Aparecido Souza, líder do Acampamento do MST relata:

“A ONG está fechando espaços e isso tem sido motivo de conflito. A reserva isolou famílias e reduziu os espaços delas. As comunidades estão sofrendo um processo de exclusão” (CARTA MAIOR, 2006).

A intensidade desses conflitos com a organização é demonstrada, mesmo com a existência de repressões relatadas nas saídas a campo, por intermédio de denúncias e protestos feito pelas comunidades. É o caso das faixas (FOTOS 23 e

24) na PR – 405 que dá acesso a Guaraqueçaba, colocadas pelo posseiro Luis, desde que foi expulso de seu território pela SPVS.



FOTO 23 - FAIXA DE PROTESTO CONTRA AS ONGS CONSERVACIONISTAS
FONTE: os autores (2013).



FOTO 24 - FAIXA DE PROTESTO CONTRA AS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO.
FONTE: os autores (2013).

A Fundação Boticário também enfrenta conflitos semelhantes com as comunidades do seu entorno. Segundo Josiane, nascida e criada no Morato, às repressões eram frequentes e chegavam a ser violentas, por parte dos órgãos ambientais e gestão da RPPN, e muitas vezes as instituições andavam juntas, punindo os pequenos agricultores.

Após várias denúncias das comunidades tradicionais e a gravação do documentário intitulado “A economia verde vs. a economia das comunidades: uma história dos povos da mata atlântica no Sul do Brasil”, produzido em DVD pelo MST e pelo Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (organização do Uruguai) em 2012, que retrata os conflitos enfrentados no território pelas comunidades da APA, a situação na região amenizou um pouco, mas não foi mediada na totalidade.

Os fatores acima explanados colocam em evidência, a divisão territorial fragmentada da área de estudo, apoiada no conceito de propriedade privada advento do sistema capitalista, que passa a cercar os lotes e instaurar valor de troca da terra e não o valor de uso. No ensaio “*The Tragedy of the Commons*”, o biólogo Garret Hardin, reforçou a lógica de privatização dos bens comunais como solução para o seu uso econômico, na visão do teórico cada indivíduo iria suprir suas necessidades em benefício próprio e não do coletivo, degradando os recursos de uso comum (ACSELRAD, 2010; HARDIN, 1968; MELLINGER, 2013). Porém esse modelo estabelecido no território é contrário à lógica de ocupação das comunidades tradicionais estudadas, baseada na forma comunal de apropriação do espaço e dos recursos naturais, com suas simbologias e práticas milenares. Como explica Diegues:

Essas formas de apropriação comum de espaços e recursos naturais renováveis se caracterizam pela utilização comunal (comum, comunitária) de determinados espaços e recursos por meio do extrativismo vegetal (cipós, fibras, ervas medicinais da floresta), do extrativismo animal (caça e pesca), e da pequena agricultura itinerante. Além dos espaços usados em comum, podem existir os que são apropriados pela família ou pelo indivíduo, como o espaço doméstico (casa, horta etc.) que, geralmente, existem em comunidades com forte dependência do uso de recursos naturais renováveis que garantem sua subsistência, demograficamente pouco densas e com vinculações mais ou menos limitadas com o mercado. Esses arranjos são permeados por uma extensa teia de parentesco, de compadrio, de ajuda mútua, de normas e valores sociais que privilegiam a solidariedade intragrupal (DIEGUES, 2001).

A perda de território dessas comunidades, a exposição aos riscos ambientais, e a falta de garantia aos seus direitos multiculturais, caracterizam o descaso com o reconhecimento da territorialidade das mesmas. Mesmo havendo a existência alguns dispositivos, entre as quais a Convenção da Diversidade Biológica, a Agenda 21 e a própria legislação brasileira, assegurando o papel das comunidades indígenas e de outras comunidades tradicionais na conservação da biodiversidade, ainda não existem ações mais concretas e efetivas legitimando o direito de acesso ao uso comum da terra e aos recursos naturais no Brasil. Em outros países da América Latina e da Ásia estão em curso iniciativas legislativas, que procuram criar um regime legal de proteção aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, distinto do sistema ocidental de propriedade intelectual, patentário e excludente das inovações coletivas (SANTILLI, 2001).

3.3 RAPPAM: ANÁLISE DA EFETIVIDADE DA GESTÃO DA APA DE GUARAQUEÇABA

O método RAPPAM - *Rapid Assessment and Priorization of Protected Area Management* foi desenvolvido pelo WWF entre os anos de 1999 e 2002, é uma das metodologias de avaliação da efetividade de gestão de áreas protegidas, seu objetivo é estabelecer ferramentas de avaliação rápida e de priorização de manejo das Unidades de Conservação. O desenvolvimento da pesquisa ocorreu nos anos de 2005-2006 e em 2010, envolveram 452 pessoas e 245 Unidades de Conservação Federais, totalizando 85% das existentes.

A aplicação dos questionários foi realizada em oficinas participativas integrando os gestores de Unidades de Conservação, equipe técnica da Sede do ICMBIO, consultores especializados na metodologia e equipe técnica do WWF-Brasil.

A estrutura do questionário aplicado é baseada em cinco segmentos do planejamento, gestão e avaliação, contextualizados abaixo (TABELA 2).

TABELA 2: ESTRUTURA DO QUESTIONÁRIO APLICADO SEGUNDO MÉTODO RAPPAM

Elemento	Módulo temático
Contexto	Perfil
	Pressões e ameaças
	Importância biológica
	Importância socioeconômica
	Vulnerabilidade
Planejamento	6. Objetivos
	7. Amparo Legal
	8. Desenho e planejamento da área
Insumos	9. Recursos humanos
	10. Comunicação e informação
	11. Infraestrutura
	12. Recursos financeiros
Processos	13. Processo de tomada de decisão
	14. Pesquisa, Avaliação e Monitoramento
Resultados	15. Resultados

FONTE: ICMBIO (2012)

Apesar do método não ser elaborado para a geração de orientações mais específicas, e sim para avaliações em ampla escala, esta análise pode auxiliar na complementação das pesquisas que já foram realizadas, e identificar qual contexto deve ser estudado e acompanhado com mais atenção. Neste trabalho serão analisados os dados da APA de Guaraqueçaba, ESEC de Guaraqueçaba e o PARNA do Superagui (TABELA 3).

TABELA 3: EFETIVIDADE DE GESTÃO DAS UCS FEDERAIS

Ano	APA de Guaraqueçaba		ESEC Guaraqueçaba		PARNA do Superagui	
	2005/2006	2010	2005/2006	2010	2005/2006	2010
Índice Geral	39%	26%	31%	11%	38%	76%
Importância biológica	92%	78%	78%	60%	92%	91%
Importância socioeconômica	86%	73%	66%	60%	90%	91%
Vulnerabilidade	78%	76%	84%	56%	87%	34%
Objetivos	64%	40%	52%	13%	56%	100%
Amparo Legal	36%	28%	40%	24%	32%	68%
Desenho e Planejamento da Área	53%	46%	40%	26%	40%	66%
Recursos Humanos	28%	16%	16%	0%	16%	80%
Comunicação e Informação	37%	30%	43%	17%	50%	87%
Infraestrutura	44%	8%	4%	8%	4%	80%
Recursos Financeiros	30%	10%	33%	0%	37%	17%
Planejamento da Gestão	32%	0%	32%	0%	32%	56%
Tomada de Decisão	80%	54%	63%	14%	80%	100%
Pesquisa, Avaliação e Monitoramento	20%	31%	20%	9%	40%	94%
Resultados	23%	18%	15%	8%	28%	82%

FONTE: ICMBIO (2012)

Os índices finais, abaixo de 25%, são considerados pelo relatório como preocupantes em relação à área analisada. A APA de Guaraqueçaba e a ESEC encontram-se nesta situação nos dois períodos da pesquisa, apesar do PARNA não estar na relação de situações críticas, percebe-se que no ano de 2005-2006 a porcentagem foi de 28%.

A avaliação do RAPPAM nos permite confirmar a observação feita *in loco*, de que são inúmeras as dificuldades enfrentadas na gestão da APA de Guaraqueçaba, não só pelo tamanho da área e quantidade de comunidades presentes que é enorme, mas também pela sobreposição de legislações existentes no território. No mapa abaixo é possível visualizar a existência de um mosaico de Unidades de Conservação.

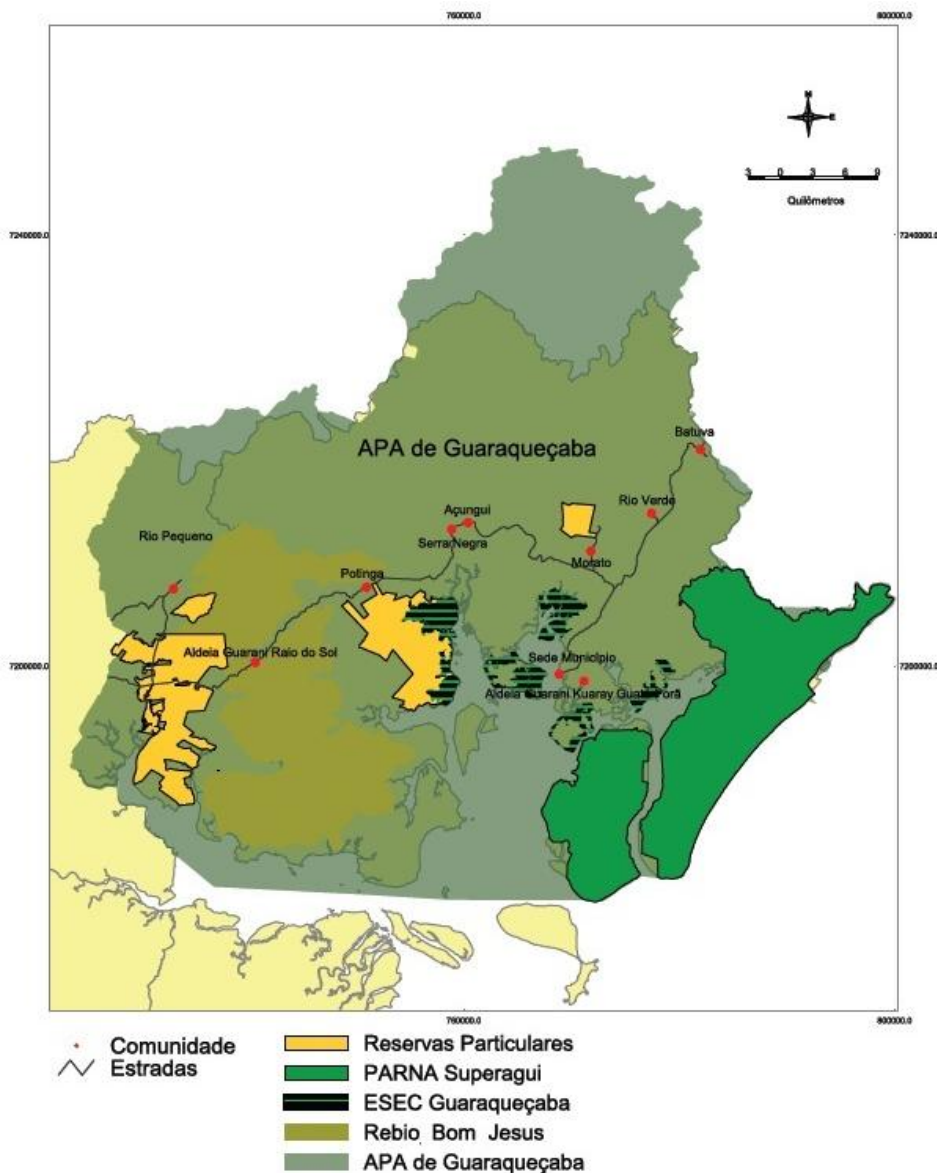


FIGURA 10 – SOBREPOSIÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
 FONTE: os autores (2013).

Conforme dispõe o Art. 26. do SNUC:

Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional (BRASIL, 2002).

No entanto, a legislação do SNUC foi posterior à criação das unidades, e como foi relatado no tópico anterior, não houve muito critério técnico e planejamento na implantação das mesmas. Atualmente o único diálogo de gestão integrada é referente ao conselho gestor, mas não se encontra concretizado.

As unidades são de usos e restrições diferentes, como é o caso das RPPNs que são de Uso Sustentável; a ESEC, o PARNA e a REBIO são de Proteção Integral; mas todas estão inseridas dentro da APA de Guaraqueçaba que é de Uso Sustentável, e normatizada por uma infinidade de legislações (Lei da Mata Atlântica, Constituição Federal, SNUC, Política Nacional do Meio Ambiente, etc.). E se for levado em conta à disposição sobre as zonas de amortecimento, entorno da Unidade de Conservação, a condição é ainda mais complexa, no SNUC a zona de amortecimento deve ser definida através de plano de manejo, e em casos de empreendimentos passíveis de licenciamento que afetem UCs, a Resolução CONAMA 428/2010, determina que a zona de amortecimento seja de 3 km. Considerando que as três unidades ainda não possuem plano de manejo, utilizamos o critério de 3 km estabelecido pelo CONAMA, para visualizar no mapa as zonas.

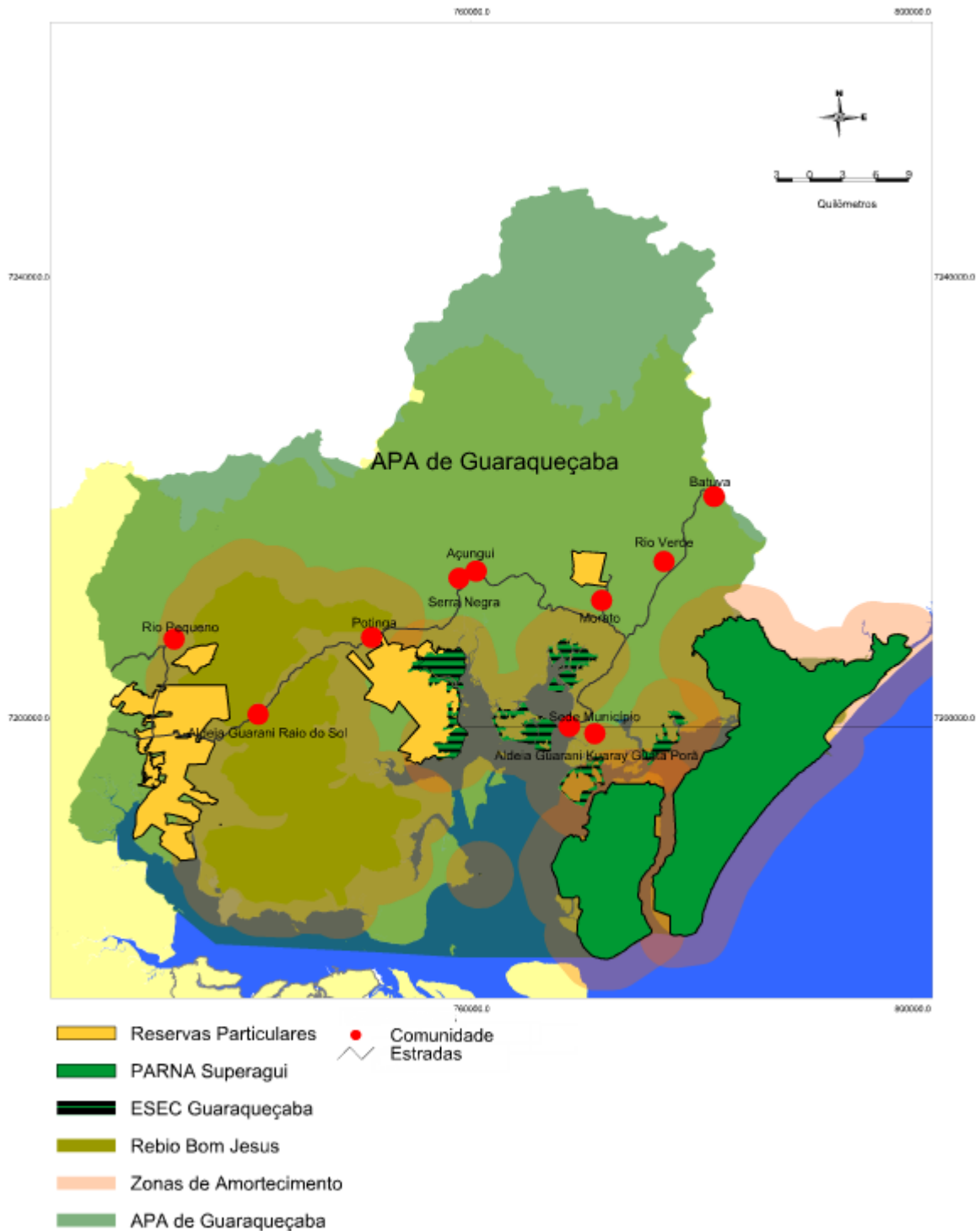


FIGURA 11 – ZONAS DE AMORTECIMENTO DA APA DE GUARAQUEÇABA
 FONTE: os autores, (2013).

A atuação e os métodos de trabalho também devem ser reavaliados. Como expôs na entrevista realizada, o analista ambiental do Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange e antigo funcionário da APA e ESEC de Guaraqueçaba, José Otávio

Cardoso Consoni, ressoou firme: “Não se faz gestão na APA sem levantar da cadeira e conhecer o território em que se está inserido, é necessário ir até as comunidades e estabelecer um diálogo contínuo”. A construção de uma gestão participativa, de fato, na unidade é de extrema importância para que realmente haja conservação da biodiversidade. Afinal, os principais agentes ambientais, são as comunidades tradicionais, que vivenciam o cotidiano dentro da unidade e tem uma relação indissociável com a natureza.

3.4 PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA APA DE GUARAQUEÇABA

Sob a realidade nacional das primeiras Unidades de Conservação no Brasil, criadas sem muito critério técnico e científico e consulta pública, na implantação da APA de Guaraqueçaba, não houve participação das comunidades tradicionais. Na época, a SEMA criou grupos de trabalho visando o estabelecimento e construção de diretrizes, mas geralmente era composto das principais instituições atuantes na área, como o Grupo Executivo (GAT) e Grupo Integrado de Gestão Ambiental (GIGA). Em meados de 2000, a participação das comunidades começa a ser incluída nas pesquisas e diagnósticos realizados, mas nada significativo. Por meio do SNUC, os processos participativos na gestão das Unidades de Conservação, foram garantidos formalmente por três instrumentos: as consultas públicas, os planos de manejo e os conselhos gestores.

Os conselhos gestores são institucionalizados, criados pelo Poder Público Legislativo. Foram referendados pela Constituição de 1988, enquanto espaços públicos jurídicos – institucionais de intervenção social planejada na formulação de políticas públicas (LOUREIRO et al, 2008). É o principal instrumento de relacionamento entre as áreas protegidas e a sociedade, pode ser de caráter consultivo ou deliberativo, e obrigatório. Cabe ao chefe da unidade presidi-lo, e seu objetivo é promover uma gestão compartilhada com ampla participação social.

Somente 17 anos depois da criação da APA, no início de 2002, se estabelece o conselho deliberativo, por intermédio de portaria. Segundo o chefe da APA naquele período, a opção pelo caráter deliberativo foi justificado pela necessidade de seus membros poderem, de fato, decidir sobre a gestão da APA, reduzindo os conflitos em torno do uso dos recursos naturais. Para isto, seria

necessário tornar legítima a representação das comunidades locais, até então excluídas enquanto atoras políticas dessa gestão (TEIXEIRA, 2004).

A primeira reunião do conselho aconteceu em agosto de 2003, 1 ano e 4 meses após sua instituição. Os três documentos que compõe o processo de criação do CONAPA são: o relatório da fase anterior à criação do conselho, que envolvem a mobilização de atores sociais; a Portaria do IBAMA nº 65/2002 de abril, que cria o conselho deliberativo como órgão integrante da APA; e o regimento interno, elaborado pelos conselheiros e descreve seu funcionamento (LIMONT, 2009).

A composição do CONAPA de início era de 23 membros, sendo as instituições públicas (federal, estadual e municipal), sociedade civil e a representação comunitária. Entretanto, mais tarde o conselho constatou que não conseguiu contemplar a todos os atores envolvidos, e aumentou para 36 membros (1/3 para cada setor).

A participação das comunidades foi definida por representação de bacias hidrográficas. Esta opção justificou-se pelo fato destas comunidades se encontrarem dispostas ao longo dos rios e pela necessidade de potencializar os esforços de mobilização. Além da representação de oito bacias, a sede do município contou com dois representantes (TEIXEIRA et al 2007). Posteriormente a representação comunitária no CONAPA passou de 10 para 13 conselheiros, incluindo 02 representantes das Ilhas das Peças e Superagui e um representante indígena (LIMONT, 2009) (FIGURA 6).

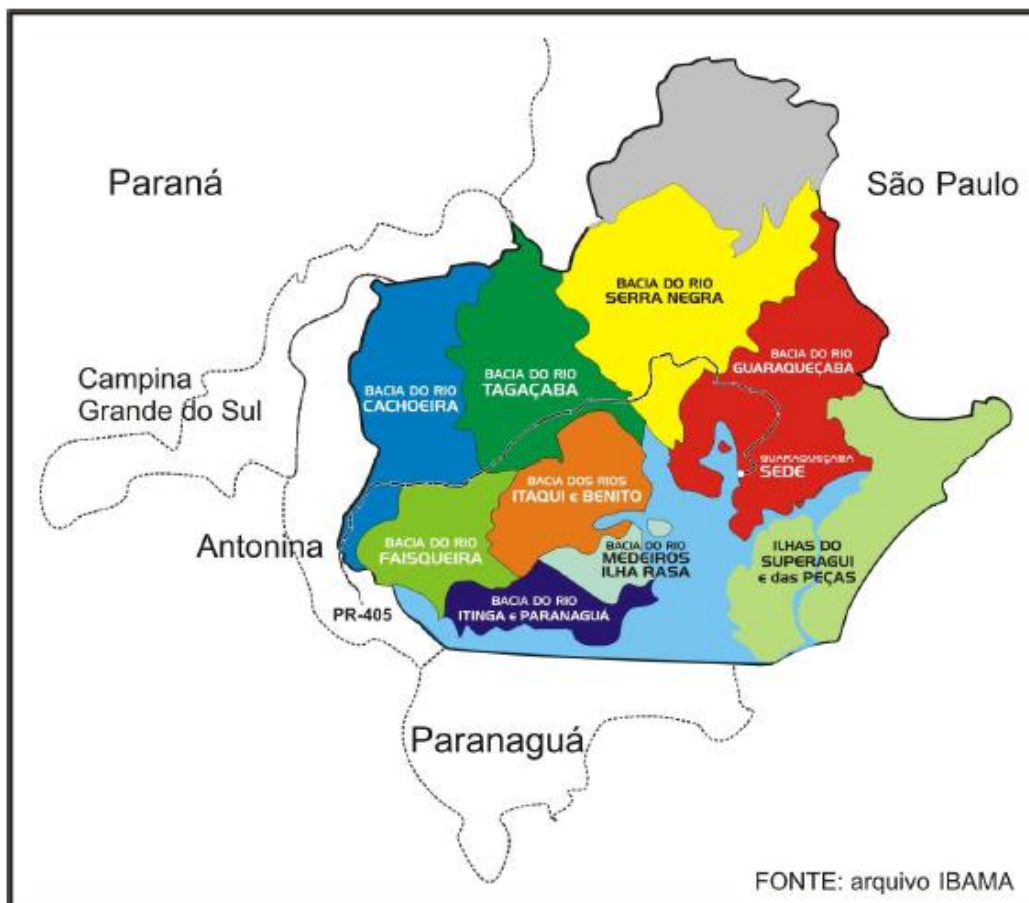


FIGURA 6 - DIVISÃO DA APA POR MICRO BACIAS HIDROGRÁFICAS
FONTE: LIMONT, (2009).

Nos trabalhos analisados e nas atas das reuniões da APA, não há informações mais detalhadas sobre a divisão das comunidades por bacias hidrográficas, de como se deu claramente o processo de escolha de cada conselheiro e como este faria o repasse das informações para as outras comunidades.

No ano de 2004 foram criadas, as Câmaras Técnicas, com a função de subsidiar o conselho no processo de tomada de decisão e levantar demandas e estabelecer um planejamento das futuras atividades.

As ONGs tiveram uma forte parceria com os órgãos ambientais da região, e um papel ativo na estruturação do CONAPA, especialmente no auxílio de subsídios financeiros, através de projetos, realizando capacitações e oficinas, como é o caso da Mater Natura – Instituto de Estudos Ambientais, o IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas, a SPVS, a Fundação Grupo Boticário, entre outras.

Atualmente o conselho enfrenta uma fase de retrocesso, a última reunião oficial realizada foi no 1º semestre de 2012, pois a APA encontrava-se sem gestão.

Nas últimas reuniões, nota-se que o cerne das discussões era uma reflexão dos presentes processos: o esvaziamento das representações comunitárias, a proliferação de outros conselhos e a possível constituição de um conselho integrado com a ESEC e o PARNA do Superagui. O conselho sem atuação durante 1 ano demonstra a necessidade de reflexão sobre o seu modelo atual e revisão de alguns processos e fatores, como os abaixo citados.

É difícil compreender como 13 conselheiros conseguem representar de maneira efetiva a sua região ou bacia, posto que a APA de Guaraqueçaba tem aproximadamente 55 comunidades, dentre estas grupos e lógicas de organização diferenciadas, como os indígenas, quilombolas, pescadores, caiçaras, lavradores, fazendeiros, entre outros.

O conselho é um espaço público de decisão e direcionamento de políticas públicas, como fazer para que esse espaço não seja influenciado por laços e relações instauradas entre os órgãos ambientais e as ONGs?

"O conhecimento dá poder (...). O poder dos antigos ou dos sábios, o dos feiticeiros ou dos curandeiros, nas sociedades arcaicas, é um poder dos superconhecedores. O poder sacerdotal das sociedades antigas é um poder de superconhecedores. O poder tende a monopolizar o conhecimento, para conservar o monopólio de seu poder, e assim o conhecimento se torna secreto, esotérico. Assim, portanto, os Grandes Sacerdotes, Iniciados, Universitários, Cientistas, Experts, Especialistas tendem a se constituir em castas arrogantes, dispendo de privilégios e de poderes (Morin, 1991:23)".

Nota-se, especialmente por meio da vivência com as comunidades estudadas, que a demonstração do forte vínculo entre as entidades, acaba inibindo a aproximação com as comunidades que tem conflitos eminentes com esses grupos, para elas as instituições são uma só.

O diálogo utilizado nas reuniões e capacitações, geralmente é baseado em uma linguagem tecnocrata, nada dinâmica, desalinhada ao perfil da representação comunitária, que na maioria dos casos é empobrecida e sem muito estudo, conforme aponta os últimos dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no ano de 2013, para a região da APA. Ao fazer um comparativo com a média nacional os índices confirmam a situação social de pobreza e vulnerabilidade, e analfabetismo (TABELA 4 e 5).

TABELA 4 - ÍNDICES DE POBREZA NOS MUNICÍPIOS DA APA DE GUARAQUEÇABA

Municípios da APA de Guaraqueçaba	% de extremamente pobres	% de pobres	% de vulneráveis a pobreza
Média Nacional	6.62	15.20	32.56
Antonina	6.13	17.27	40.03
Guaraqueçaba	14.46	36.05	60.00
Paranaguá	2.13	8.10	24.56
Campina Grande do Sul	1.17	6.03	20.06

FONTE: PNUD (2013)

TABELA 5 - ÍNDICES DE ANALFABETISMO NOS MUNICÍPIOS DA APA DE GUARAQUEÇABA

Municípios da APA de Guaraqueçaba	Taxa de analfabetismo 11 a 14 anos	Taxa de analfabetismo 15 a 17 anos	Taxa analfabetismo 18 a 24 anos	Taxa de analfabetismo 25 ou mais
Média Nacional	3.24	2.20	2.61	11.82
Antonina	1.69	1.29	1.96	10.52
Guaraqueçaba	2.95	1.01	6.10	18.03
Paranaguá	1.07	1.08	1.03	4.77
Campina Grande do Sul	1.17	1.21	0.95	7.66

FONTE: PNUD (2013).

Referente à representatividade, as comunidades não se sentem representadas neste espaço, segundo o diagnóstico realizado, houve muitos relatos da falta de eficiência na resolução de problemas. Os ambientalistas conservadores e empresários ambientalizados partidários da modernização ecológica tendem a não considerar a presença de uma lógica política a orientar a distribuição desigual dos danos ambientais. Nenhuma referência é feita, por exemplo, à possibilidade de existir uma articulação entre degradação ambiental e injustiça social. Existe uma discrepância na realidade vivida em sua comunidade com os assuntos tratados nas

reuniões, um abismo entre a visão da necessidade x a visão tecnicista (ACSELRAD, 2010).

3.5 I ENCONTRO DAS COMUNIDADES DO LITORAL DO PARANÁ: UMA NOVA FORMA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL NA APA.

O I Encontro das Comunidades do Litoral do Paraná foi realizado no dia 13 de julho de 2013, no Acampamento do MST José Lutzemberg, na comunidade do Rio Pequeno, no município de Antonina. Outras iniciativas semelhantes já haviam ocorrido no próprio Acampamento e na comunidade da Ponta Oeste da Ilha do Mel, porém essa última foi marcada pela articulação própria das comunidades tradicionais e pelos ecos que clamavam união e justiça ambiental. A justificativa do espaço se dá na medida em que as comunidades não se sentem mais representadas nos conselhos, não enxergam mais efetividade em sua participação, e existe uma demanda de organização e articulação em busca de não serem expulsas de seus territórios pelo capitalismo hegemônico.

A prova de que existe organização coletiva dentro das comunidades, é ao alto índice de presença no I Encontro, as comunidades estavam com vontade de sobra para construir e debater os assuntos pautados.

Percebe-se com essa organização social, que independente da localidade ou Unidade de Conservação, em que a comunidade está inserida, as problemáticas relatadas são de mesmo cunho, muito parecidas, como: a falta de acesso a terra; a dificuldade de legitimidade de seus direitos enquanto população tradicional; a falta de compreensão da lógica de organização de cada um dos grupos e etnias; a repressão por intermédio dos órgãos ambientais, ONGs, empresas privadas, latifundiários; o acesso não democrático dos recursos naturais.

No decorrer do Encontro, os diálogos revelam que o conflito ainda é latente no território, como a fala do Professor Antonio do Rio Verde:

“O nosso litoral é coisa rica, tudo temos em abundância, até as perseguições. Tem pessoas que abusam do poder!”

No entanto, o encontro revela que as comunidades tradicionais gostariam que houvesse de fato uma relação de cooperação junto com as instituições, o líder do Acampamento e o agricultor familiar da Potinga, Francelino, fazem as seguintes falas:

“As ONGs, o Conselho da APA, deveriam atuar como aliados das comunidades tradicionais, mas isso não acontece!” (Jonas).

“Nós não invadimos o ESTADO, foi ele quem invadiu nosso território” (Francelino).

Relativo aos seis grupos de trabalho realizados, durante as discussões surgiram muitas ideias boas que precisam ser trabalhadas para que aconteçam de fato, ficou decidido que o Encontro irá acontecer de 3 em 3 meses, foram escolhidos oito articuladores permanentes e o próximo será na Comunidade de São Joãozinho, no município de Guaratuba ou na Comunidade da Ponta Oeste da Ilha do Mel, em Paranaguá.



FOTO 25 - APRESENTAÇÃO DE FANDANGO NO I ENCONTRO DAS COMUNIDADES DO LITORAL DO PARANÁ
FONTE: os autores (2013).



FOTO 26 - GRUPOS DE TRABALHO NO I ENCONTRO DAS
COMUNIDADES DO LITORAL DO PARANÁ
FONTE: os autores (2013).

3.6 POTENCIALIDADES DA APA DE GUARAQUEÇABA

As comunidades estudadas e a região da APA possuem inúmeras potencialidades, mas que em grande maioria não se intensificam, devido à falta de investimentos e políticas públicas, mas atualmente parte delas é realidade e são alternativas de complementação de renda das comunidades tradicionais e de segurança alimentar.

3.6.1 Agroecologia

A Agroecologia tem se demonstrado uma alternativa para as restrições da legislação ambiental, de acordo com Pacheco et al. (2010):

É considerada uma forma de produção de alimentos em sintonia com os processos naturais e as características de cada região promove a otimização dos recursos disponíveis, gerando uma maior autonomia dos agricultores em relação à compra de insumos externos para a produção e a dinamização dos sistemas agroalimentares. Assim a agricultura ecológica

passa a ser a opção mais sustentável e saudável para a produção de alimentos para os agricultores familiares das diferentes regiões, devendo, portanto ser difundida (PACHECO et al, 2010).

O Acampamento do MST José Lutzemberg é uma experiência positiva neste sentido, por meio dos sistemas agroflorestais (FOTO 27) está produzindo um alimento de qualidade, livre de agrotóxicos e com um mercado em crescimento, já consegue comercializar para programas do governo, como a merenda escolar. O processo de certificação da produção orgânica garante cada vez mais espaços no mercado. Entretanto, a agricultura tradicional ainda é muito presente no território, mas a utilização da Agroecologia pelas comunidades tradicionais é um movimento cada vez mais praticado, o processo é no tempo deles, é necessário à quebra de paradigmas, e a concentração de mais políticas públicas neste campo.



FOTO 27 - SISTEMA AGROFLORESTAL NO ACAMPAMENTO JOSÉ LUTZEMBERG
FONTE: os autores (2013).

3.6.2 Agroindústrias Familiares

A região da APA de Guaraqueçaba é eminentemente rural, a presença de agroindústrias familiares, é uma realidade que tem um histórico de efetividade, mesmo com as dificuldades enfrentadas como: a disponibilidade de área de plantio, a falta de licença da vigilância sanitária e alvará de funcionamento da prefeitura para

as agroindústrias, a dificuldade de transporte, a concorrência desleal de farinhas vindas de outras regiões e a falta de identificação dos produtos por um rótulo adequado. A atividade contribui para a segurança alimentar e a geração de renda dos pequenos agricultores, assegurando sua permanência no campo.

Atualmente a APA conta com agroindústrias de diferentes modalidades e gostos, mas os produtos mais comercializados são: a farinha de mandioca e seus derivados, a bala de banana, as geleias e compotas com os cultivos da região.

A produção agrícola é baseada principalmente no cultivo de arroz, banana, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, maracujá, milho e tangerina.

3.6.3 Turismo de Base Comunitária

A região da APA tem uma beleza cênica (FOTO 32 e 33) e riquezas naturais que aliadas ao modo de vida cultural das comunidades, passariam a ser uma ferramenta de desenvolvimento local, possibilitando a fixação do caixara e fortalecendo a identidade cultural. Agregando valor a elementos culturais como: o fandango (FOTO 29 e 31), a cataia – bebida típica (FOTO 28), a farinha de mandioca (FOTO 30) e as festas regionais, que costumam atrair muitos turistas para a localidade.



FOTO 28 – CATAIA
FONTE: os autores, (2013).



FOTO 29 – ARTEFATOS DO
FANDANGO
FONTE: os autores, (2013).



FOTO 30 – FARINHA DE MANDIOCA
FONTE: os autores, (2013).



FOTO 31 – RODA DE FANDANGO NA CASA
DA CULTURA DE GUARAQUEÇABA
FONTE: os autores, (2013).



FOTO 32 – MIRANTE SERRA NEGRA
FONTE: os autores, (2013).



FOTO 33 – CANAL DE ACESSO AO CERCO
GRANDE
FONTE: os autores, (2013).

Atualmente encontra-se estabelecida a COOPERGUARÁ, cooperativa fundada pela SPVS, mas que não atende a totalidade da demanda comunitária seja por motivos políticos ou pessoais. É necessário o incentivo ao turismo de base comunitária, existe potencial para a atividade, o que falta é investimento público. Algumas das atividades sugeridas para o turismo seria: o avistamento de aves, o ecoturismo moderado, rotas de visita a propriedades rurais com produção agroecológica.

Outra proposição para o desenvolvimento do potencial turístico seria a eco pavimentação dos 84 km finais da rodovia que liga a sede de Guaraqueçaba. A eco pavimentação se difere dos sistemas de pavimento convencionais por apresentar

melhor desempenho no ponto de vista ambiental, estético e econômico. Além de ser o pavimento permeável que menos acumula calor, com menor índice de reflexão. Retém água da chuva evitando poluição em corpos receptores.

A melhoria dos acessos implicaria na constituição de um plano de controle de visitantes similar aos modelos aplicados no Parque Estadual da Ilha do Mel e Parque Nacional de Fernando de Noronha. Este plano teria como objetivos: estabelecer a capacidade de suporte de visitação do município, controlar a quantidade máxima de visitantes e o período de permanência do visitante, diagnosticar o perfil do visitante, facilitar a administração pública, inibir exploração desenfreada dos recursos naturais ainda existentes e o aquecimento do mercado imobiliário, visto que a localidade é uma área protegida. Além do plano de controle de visitantes, é viável a implantação da taxa de preservação ambiental, instrumento legal que atualmente pode-se aplicar através de legislações municipais, como acontece em Ilha Bela e Fernando de Noronha. A cobrança da taxa pode se suceder de diversas formas, a escolha da opção mais adequada, deve ser discutida amplamente junto à comunidade.

4 CONCLUSÃO

O histórico do movimento ambiental aponta que desde a criação do primeiro Parque Nacional do mundo, o Yellowstone, o homem era visto dissociado da natureza. Esse modelo norte-americano, excludente, acabou sendo adotado pelo mundo e no Brasil não foi diferente.

No presente trabalho, foi possível concluir por intermédio do estudo de caso na APA de Guaraqueçaba, que as normatizações e as políticas instituídas no campo ambiental colidem o tempo todo com as características e paradigmas impostos pela globalização e a lógica do capital, que prevê que o Estado governe o mínimo. Esses elementos estabelecem na área de estudo, uma conjuntura onde as fragilidades afetam diretamente a reprodução dos modos de vida e usos dos recursos naturais somente das comunidades tradicionais.

As comunidades tradicionais possuem uma lógica diferenciada quanto a sua organização, caracterizada pelo uso comum da propriedade e dos recursos naturais, contrário ao modelo dos institucionalizados, do urbano-industrial, instaurado pelo

sistema capitalista, na qual o valor de troca da terra e a propriedade privada prevalecem. No entanto, esse fator não é percebido pelas instituições responsáveis pela gestão do território, criando até nos espaços que deveriam ser participativos, uma discrepância entre a visão da necessidade e a visão técnica.

É imprescindível a reavaliação dos métodos de trabalho da gestão da APA, para que comece existir de fato um diálogo plausível entre as partes, a manutenção das comunidades tradicionais no território é essencial para o manejo e conservação da biodiversidade. Elas são as protagonistas da história do Litoral do Paraná, em função da presença originária dos indígenas, dos agrupamentos caiçaras e da formação dos quilombos. A relação que elas detêm com a Mata Atlântica evidencia áreas bem conservadas no território, são os verdadeiros agentes ambientais, posto que a sua sobrevivência e a reprodução cultural, estão diretamente ligadas à qualidade do ambiente.

O fortalecimento destas comunidades é fundamental para melhorar a sua qualidade de vida e dar condições as futuras gerações de permanecerem na região. A luta por justiça ambiental é necessária para que se garanta o direito ao acesso democrático dos recursos naturais e a equidade geográfica, o I Encontro das Comunidades do Litoral do Paraná, é um primeiro passo para que essas comunidades não sejam mais vistas como invisíveis.

REFERÊNCIAS

ABAGLI, S. **Território e Territorialidade**. In: **LAGES, V. BRAGA, C. MORELLI, G. (Org.). Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Brasília, DF: Relume Dumar: SEBRAE, 2004

ACSELRAD, H. **Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental**. Estudos Avançados, 2010.

_____. **Meio Ambiente e Justiça - estratégias argumentativas e ação coletiva**. Justiça Ambiental e Cidadania. Rio de Janeiro, 2004.

ANDRIGUETTO FILHO J, M. MARCHIORO, ESTADES, N. P. **Diagnóstico e problemática para a pesquisa**. REYNAUT, C. et al. (Eds.). Desenvolvimento & meio ambiente. Em busca da interdisciplinaridade. Pesquisas urbanas e rurais. Curitiba: UFPR, 2002. p. 159-194.

ARRUDA, R. **“Populações Tradicionais” E a Proteção dos Recursos Naturais em Unidades De Conservação**. Ambiente & Sociedade - Ano II - No 5, 1999.

BIGARELLA, J. J. **Matinho: Homem e Terra - Reminiscências**. 2. ed. Matinhos, PR: Prefeitura Municipal de Matinhos; Fundação João José Bigarella para Estudos e Conservação da Natureza, 1999. 212 p.

BORSATTO, R. S. **Agroecologia: um caminho multidimensional para o desenvolvimento agrário do litoral paranaense**. Tese (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007.

BRANDENBURG, A; FERREIRA, A. D. D; FLORIANI, D; SILVA, O. H. **Ruralidades e Questões Ambientais: estudo sobre estratégias, projetos e políticas**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2007.

CAMPOS, J. B; COSTA FILHO, L. V. Sistema ou conjunto de unidades de conservação? In: **Unidades de Conservação: ações valorização da biodiversidade**. João Batista Campos; Márcia de Guadalupe Pires Tossulino; Carolina Regina Cury Müller (Orgs). Curitiba: IAP, 2006.

CORNETTA, A. **Mata Atlântica Privada: Conflitos Agrários na APA de Guaraqueçaba – Pr. III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira.** Presidente Prudente, 2005.

DENARDIN, V. F; LOUREIRO, W; SULZBACH, M. T. **Distribuição de benefícios ecossistêmicos: o caso do ICMS ecológico no litoral paranaense.** REDES, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 2, p. 184 - 198, mai/ago. 2008.

DENARDIN, V. F; LIMA, C. A. A; SANTOS, F. O; SANTOS, P. C. **Mapas de propriedade: um instrumento de diagnóstico e planejamento para agricultores familiares em Unidades de Conservação no Litoral Paranaense.** XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia, 2012.

DIAS, G. F. **Educação ambiental: políticas e práticas.** São Paulo: Gaia, 2004.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar.** São Paulo: Ática, 1983.

_____ **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Editora Hucitec - Nupaub/USP, 2001.

ESTADES, Naína Pierri. **Litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social.** Desenvolvimento e Meio Ambiente, n.8, p. 25-41, jul/dez 2003. Editora UFPR.

FERREIRA, M. R. **Comunidades rurais de Guaratuba-Paraná: os limites e as possibilidades da opção extrativista como meio de vida no contexto do desenvolvimento rural sustentável.** Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná - Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Curitiba, 2012.

FERREIRA, M. R; NEGRELLE, R. R. B; ZANATTA, Rafael A. F.. **Terra Inválida, Gente Invisível: o caso das comunidades rurais extrativistas do litoral paranaense.** In: Valdir Frigo Denardin; Cinthia de Sena Abrahão; Diomar Augusto de Quadros. (Org.). Litoral do Paraná: reflexões e interações. 1ed. Matinhos: Editora UFPR Litoral, 2011, v., p. 13-38.

Fundação Grupo Boticário. Disponível em:
<<http://www.fundacaogrupoboticario.org.br/PT-BR/Paginas/o-que-fazemos/areas-protetidas/default.aspx>> Acesso 20/07/2013.

HARDIN, G. ***The tragedy of the commons***. *Science*, New Series, Vol. 162, No. 3859. (Dec. 13, 1968), pp. 1243-1248.

Instituto Chico Mendes da Conservação de Biodiversidade, WWF – Brasil. **Relatório de efetividade de gestão das unidades de conservação federais**. Brasília: 2012

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social. **Zoneamento da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba**. /Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social. - Curitiba: IPARDES, 2001.

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social. **Diagnóstico ambiental da APA de Guaraqueçaba**. /Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social. - Curitiba: IPARDES, 1995.

KASSEBOEHMER, A. L. **Restrições e Impactos da Legislação Ambiental aplicada no Município De Guaraqueçaba – Paraná**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal) - Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

KOMARCHESKI, R. **Sustentabilidade socioambiental da produção de farinha de Mandioca em Guaraqueçaba - PR**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná – Programa de Pós-graduação em Meio ambiente e desenvolvimento, Curitiba, 2012.

LIMONT, M. **Educação e participação social na APA de Guaraqueçaba: a capacitação como a possibilidade na mediação de conflitos socioambientais**. Tese (Mestrado) – Programa de Pós –Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

MACIEL, Marcela Albuquerque. **Unidades de conservação. Breve histórico e relevância para a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado**. Jus Navigandi, Teresina, ano 16, n.2971, 20 de agosto de 2011. Disponível em:<<http://jus.com.br/artigos/19809>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

MARANGON, M & AGUDELOS, L. P. P. **Comunidades rurais da APA de Guaraqueçaba: entre Diálogos e Conflitos**. 2004

MARCONI, M.; LAKATOS, E. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2011.

MEDEIROS, R. **A Proteção da Natureza: das Estratégias Internacionais e Nacionais às demandas Locais.** Tese (Doutorado em Geografia). Rio de Janeiro: UFRJ/PPG. 2003, 391p.

_____ **Evolução das Tipologias e Categorias de Áreas Protegidas no Brasil.** Ambiente e Sociedade. Rio de Janeiro: Volume 4, 2006.

MELLINGER, L. L. **Processos decisórios na gestão dos bens naturais comuns: participação democrática, hibridismos e invisibilidades.** Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

MIGUEL, L. A. & Zanoni, M. M. **“Reflexões sobre a hostilidade das populações locais frente à implantação de políticas regionais de proteção ambiental no Brasil: o caso da APA de Guaraqueçaba – Paraná”.** Anais do II Simpósio Internacional de Qualidade Ambiental, Porto Alegre, 1998, pp.620 – 626.

MONTAÑO, C. E. **O projeto neoliberal de resposta a “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”.** In Lutas Sociais n8, p53-64, 2002.

MORIN, E. **La méthode 4. Les idées, leur habitat, leur vie, leurs moeurs, leur organization.** Paris: Seuil, 1991.

PACHECO, M. E. L; SCHOTZ, V; RIGON, S. A; CASSARINO, J.P; LEITE, C.E. **Soberania e Segurança Alimentar na construção da Agroecologia.** Rio de Janeiro: 1ed, Articulação Nacional de Agroecologia, 2010.

PÁDUA, J. A. **A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO E A CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS.** 2002

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.** 2013. Disponível em:

<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/perfil/guaraquecaba_pr> Acesso 01/08/2013.

SANTILLI, J. **Biodiversidade e conhecimentos tradicionais.** Biodiversidade na Amazônia Brasileira. São Paulo, 2001.

SIBUYA, N. J. S; DENARDIN, V. F; LAUTERT, L. C. **Organização social e produtiva na farinha comunitária do Açungui, Guaraqueçaba – PR.** VI Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social - I Encontro Latino Americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social. Belo Horizonte, 2013.

Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem.

Disponível em: <<http://www.spvs.org.br/quem-somos/>> Acesso 20/07/2013.

SOS Mata Atlântica. Disponível em: <<http://www.sosma.org.br/>> Acesso 30/06/2013

URBAN, T. **Saudades do Matão: lembrando a história da conservação da natureza no Brasil.** Curitiba: Editora UFPR; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza; Fundação Mac Arthur, c1998.

WILSON, L. **Contribuição do ICMS Ecológico à conservação da biodiversidade no Estado do Paraná.** Tese (Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em Engenharia Florestal, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2002

VIANNA, L. P. **De Invisíveis a protagonistas - Populações Tradicionais e Unidades de Conservação** 2008 Annablume. São Paulo: Fapesp.

ANEXOS



NATHALIA SIBUYA

Minhas memórias do eixo pedagógico: Projeto de Aprendizagem, da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral

Contar os passos que me fizeram chegar até aqui, no Projeto: A dicotomia entre a conservação e as comunidades tradicionais: um estudo de caso na APA de Guaraqueçaba é relembrar um pouco do começo, do início na jornada neste universo paralelo que é o campus Litoral.

Onde tudo começou...

No ano de 2008, encantada com o projeto político pedagógico (já havia pesquisado muito sobre na internet e redes sociais) do curso de Gestão Ambiental na UFPR – Setor Litoral resolvi prestar vestibular e fui aprovada. Porém por questões pessoais e ressalvas da minha família, ingressei no curso de Direito na Unicuritiba por meio de uma bolsa de estudos do PROUNI, fiz um ano de curso e trabalhava no escritório de Direito, bem conceituado e que prestava serviços a várias empresas privadas (inclusive a Heringer Fertilizantes, que já causou muita polêmica no nosso litoral). Contudo, eu que a maior parte da minha vida estudei em colégio público, e **já me interessava pela história, política e meio ambiente**, comecei a observar que o meio em que eu estava vivendo e o trabalho que eu estava fazendo, não me faziam bem, não era fácil ter que trabalhar defendendo algo que eu não concordava, me sentia no filme do Charles Chaplin: Tempos Modernos, literalmente num trabalho alienado. E falando em filme, foi aí que tudo começou a tomar outras direções, quando um dia, fui ao cinema com a minha melhor amiga, assistir a estréia de um filme que tinha a trilha sonora do Eddie Vedder, vocalista da banda Pearl Jam ao qual eu sou loucamente fã, o chamado: Na Natureza Selvagem (*Into the wild*) direção do Sean Penn. Para quem não conhece o filme, uma história verídica, é sobre um jovem recém-formado, que decide viajar sem rumo pelos Estados Unidos em busca da liberdade. Durante sua jornada pela Dakota do Sul, Arizona e Califórnia ele conhece pessoas que mudam sua vida, assim como sua presença também modifica as delas. Até que, após dois anos na estrada, Christopher decide fazer a maior das viagens e partir rumo ao Alasca. Ele faz uma **crítica ao mundo moderno e a essa dicotomia entre homem e natureza**, elucidava autores como Henry David Thoreau. E ao assistir esse filme, despertou em mim o “dragão” que adormecia, me deu forças para correr atrás do que eu realmente queria. Foi aí que resolvi prestar vestibular e fui

aprovada novamente em 2009, e dessa vez não teve erro, me joguei e simplesmente fui para Matinhos.

Logo no primeiro dia na tenda, o diretor Valdo Cavallet fez como de praxe as boas vindas e o longo discurso sobre o setor Litoral e seu projeto político pedagógico, seus eixos temáticos e as fases, e nossa por dentro eu vibrava, porque pra minha pessoa que estava acostumada com a dinâmica de uma instituição de ensino particular, tradicional e conservadora, aquelas palavras foram mágicas, soube que estava no lugar certo e que não tinha deixado tudo para trás em vão. No entanto, mesmo me sentindo muito a favor deste novo movimento, não sabia muito bem como prosseguir no Projeto de Aprendizagem, era tudo muito novo, e as sextas-feiras eram sem uma direção. Quando me ambientizei com o processo e fiz novas amizades, então surgiu a primeira ideia.

Como todos matinhenses e agregados sabem, quando chove muito na cidade, principalmente em temporais, a maior parte das ruas da cidade alagam, a água dos rios e canais sobem e acaba tudo numa bagunça, e sinceramente é nojento. Foi em um desses dias, voltado para minha casa (próxima a Prefeitura, na rua Guarapuava, que alaga) com dois amigos de sala, a Caroline Martins e o Victor Castagnara, que vivenciamos o canal da avenida Paraná transbordando, bem no mesmo momento que a gente passava, foi um susto até chegamos a filmar com o celular a quantidade de água, tivemos que andar com água por tudo, e quando chegamos na minha casa, foi o maior alívio. Mas em casa, abrigados, limpos, alimentados e quentinhos, resolvemos refletir sobre o que vivenciamos, pensar nos moradores que também enfrentaram essa situação e nos moradores que viviam próximos aos morros. Até que chegamos à conclusão que deveríamos fazer um PA sobre isso, oficializamos a parceria e procuramos nosso primeiro mediador: o Professor Luís Rogério, historiador. E na primeira mediação estabelecemos um título: **Ocupação antrópica em áreas naturais**. Realizamos duas mediações com ele, até chegamos a ler alguns artigos sobre a história oral e elaborar alguns objetivos, mas daí veio as férias e depois tudo mudou. O Victor voltou cheio de novas ideias, querendo migrar para a temática do FIB (Felicidade Interna Bruta) e abandonou o trio, aconteceu que eu e a Caroline Martins não demos conta de continuar, e nos desinteressamos também.

E lá estava eu sem o trio, sozinha e perdida sem saber o que fazer. Fiquei um tempo parada refletindo o que poderia fazer, que temática me interessava, mas nada vinha na minha mente, nada de foco. Compartilhando meus anseios com a colega de sala Nathalie Martins, ela estava na mesma situação e nos identificamos na mesma realidade, como a

gente conversava bastante e tinha afinidade, resolvemos nos juntar. No entanto, mesmo sabendo que tínhamos que ter ideias e dar andamento ao trabalho, nada clareava, decidimos abordar a temática da Gestão Costeira e procuramos empolgadas o Professor Rangel, porém ele disse que não podia nos mediar, já tinha muitos mediandos e isso foi um balde de água fria no nosso PA e só desanimamos.

No ano de 2010 comecei a trabalhar no Projeto de Extensão Território UniverCidade, coordenado pela Professora Andréa Máximo Espínola e pelo Professor Daniel Canavese, que também discutia a questão da ocupação de populações em áreas naturais, e outros temas como: **o direito do acesso a terra, a regularização fundiária, a segregação territorial, a justiça ambiental, a qualidade de vida, a saúde coletiva, o uso da ferramenta do geoprocessamento.** O Projeto tinha uma parceria com a Prefeitura de Matinhos e a Associação de Moradores da Vila Schaeffer, chegamos a fazer saídas de campo, coleta de dados e até evento para uma integração com a comunidade. Gostava muito de trabalhar no projeto e isso me inspirou a participar da seleção do Projeto Rondon no mesmo ano, o destino era Eldorado dos Carajás, no Pará, terra de ninguém e do famoso Massacre de 17 de abril. Feliz e cheia de vontade de trabalhar, fui aprovada na seleção e a autora do projeto ao Ministério da Defesa era a Professora Andréa, pra mim foi vivência em dobro. A Operação foi em janeiro de 2011, 15 dias de vivências intensas e muito aprendizado, foi uma experiência incrível, viver um pouquinho da realidade deles, poder fazer **oficinas de caráter multiplicadoras** nas escolas, prefeitura, assentamentos. E também desfrutar do convívio com estudantes de outras áreas, muitos são meus amigos até hoje, muito aprendi com toda essa dinâmica e com a aplicação de **metodologias participativas** da minha dupla de oficina, o Samuel Autran (oceanógrafo do CEM), que hoje com essas metodologias vive uma experiência na Etiópia. Além de tudo, tive a oportunidade de conhecer a Serra Pelada, olhar o contraditório: tanta riqueza natural, entretanto, uma população miserável.

Após essa viagem, voltei toda empolgada querendo abraçar o mundo na universidade, refletindo muito sobre **a situação social das comunidades no contexto do litoral paranaense**, estudando sobre a tal da **Cartografia Social** que foi trabalhada pelos colegas nos assentamentos em Eldorado. Vislumbrada com a temática, compartilhei com as colegas Fernanda Sezerino e Flávia Gomes do que se tratava a Cartografia Social, e juntas decidimos propor o ICH de Cartografia Social mediado pelo Professor Luizão. E o ICH foi interessante, pois foi realmente uma construção coletiva, teve

a participação de outros professores, assistimos vídeos, palestras sobre experiências aplicadas no norte e nordeste e por fim visitamos o ITCG (Instituto de Terras Cartografia e Geociências). No segundo semestre de 2011, conversando sobre a situação do meu Projeto de Aprendizagem com uma amiga, a Mayara Bresolim da Gestão Ambiental turma 2010, resolvemos nos unir e fazer algo que abordasse cartografia social. Porém nada evoluía, não chegamos a ter nem mediador. Neste período comecei a trabalhar no Programa Farinhas no Litoral do Paraná, com as **comunidades de pequenos agricultores produtores de farinha de mandioca**, do Riozinho em Guaratuba, do Açungui e Potinga, em Guaraqueçaba. Com a minha inserção no Programa passei a conhecer melhor **a realidade do município de Guaraqueçaba, as problemáticas e as potencialidades**, resolvi aproveitar o máximo essa oportunidade e no decorrer do meu desempenho fui promovida a estagiária, trabalhava com o eixo de Gestão e Organização, e Mercado.

Bem aí eu cheguei em um ponto, onde estava resolvida como estagiária, nos módulos corria tudo bem, carga horária no ICH completa, mas e o PA??? Continuava sem rumo, desesperada, incomodada por não ter um Projeto de Aprendizagem, me sentia mal por isso. Na verdade eu sabia do que gostava, mas não sabia como aplicar e onde. Nessa mesma angústia estavam dois amigos, o Luiz Fernando e a Flávia Gomes, como nós convivíamos bastante (o Luiz trabalhou comigo na época do Projeto Território UniverCidade e a Flávia morava e trabalhava comigo) optamos por formar um trio. Naquele momento, a temática do Código Florestal estava em voga na mídia, nas redes sociais, no Congresso, e dialogando surgiu o interesse do grupo de fazer **uma projeção do novo código florestal para o litoral do Paraná** através do uso do **geoprocessamento**. Desta vez nos organizamos bem, escolhemos a Professora Juliana Quadros como mediadora, nos reuníamos com frequência. Contudo o acesso aos dados na Defesa Civil, Mineropar, e outras instâncias era complicado, mesmo com ofícios e ligações. Então percebemos que era necessário trocar à temática, pois estávamos estáticos.

Entre muitos diálogos, decidimos trabalhar com **a questão do território**, inspirados numa reunião das comunidades que aconteceu no evento I Seminário de Diálogos de Saberes do Litoral do Paraná, em dezembro de 2012. No entanto, a Flávia começou a se interessar por temáticas específicas e quis abandonar o grupo. Neste momento eu e Luiz Fernando paramos, sentamos e conversamos, o que a dupla realmente almejava, e a partir desta etapa de reflexão e com o auxílio da Professora Juliana, tudo se

encaminhou e foi se encaixando. No mesmo semestre tivemos o módulo de Projetos Ambientais e o nosso grupo trabalhou com a questão de **capacitação de conselhos**, o tema nos despertou interesse em procurar mais informações sobre **o Conselho Gestor da APA de Guaraqueçaba**. Começamos a conversar com a Motirõ Sociedade Cooperativa, conhecemos a área do Acampamento do MST José Lutzemberg e firmamos o compromisso de trabalhar em parceria com eles para a realização do I Encontro das Comunidades no Litoral do Paraná, uma **nova articulação entre as comunidades**. E deste trabalho resultou o frutos do Projeto: “A dicotomia entre a conservação e a visibilidade das comunidades tradicionais: estudo de caso na APA de Guaraqueçaba”. Mas analisando os passos percorridos, é possível constatar que todo esse processo só se tornou realidade devido a cada experiência vivenciada, seja positiva ou negativa, e também a flexibilidade e abertura que se permite no eixo do Projeto de Aprendizagem.

Minhas memórias do eixo pedagógico: Interações Culturais Humanísticas, da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral

Considero o espaço da ICH, o eixo pedagógico mais interdisciplinar do Projeto Político Pedagógico da UFPR – Setor Litoral, onde você realmente consegue ter contato com outros cursos, e deixar a criatividade se desenvolver sem pressões. Nota-se que a qualidade da ICH está muito ligada ao Professor que orienta a atividade. No começo quando eu entrei na universidade tinha muitas opções de escolha de ICH, porém atualmente é difícil se encaixar em alguma dessas opções. Acredito que a ICH é um espaço inovador, mas necessita de uma organização adequada.

PERÍODO	ICH	ORIENTADOR
2009/02	ECOINTERAÇÕES	Professor Valentin
2010/01	RESTOS E PLANTAS ME INTERESSAM	Professora Márcia Marzagão
2010/02	CULTURA JAPONESA	Professora Gabriela Bica e Edmilson Paglia
2011/01	CARTOGRAFIA SOCIAL	Professor Luizão
2011/01	CAFÉ FILÓSICO	Professor Marcos Zan
2011/02	PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS	Professora Liliani Tiepolo
2011/02	POLÍTICA E ARTE	Professor Marcos Zan
2012/01	SAÚDE E MEIO AMBIENTE	Professora Maria da Graça e Lívia
2012/02	BOAS PRÁTICAS SOCIAMBIENTAIS	Professora Juliana Quadros

ICH ECOINTERAÇÕES – 2009/02

A ICH foi criada pelos estudantes de gestão ambiental 2009, calouros, e mediado pelo Professor Valentin. A intenção era fazer um reconhecimento do litoral por intermédio de saídas de campo e utilizar técnicas de sobrevivência na mata.

Foram realizadas saídas até o Morro do Boi e a Orla de Matinhos, os estudantes também construíram barracas com cipó, bambu e folhas de bananeira. Creio que o mais

interessante desta ICH, que eram todos calouros, tentando descobrir este eixo pedagógico e o espaço da cidade.

ICH RESTOS E PLANTAS ME INTERESSAM – 2010/01

A ICH foi mediada pela Professora Márcia Marzagão, no período da manhã, houve pouca adesão dos estudantes, e as oficinas eram mais teóricas do que práticas, abordavam basicamente técnicas da compostagem e da vermicompostagem. Deste modo o espaço acabou se tornando cansativo e massante. O aspecto positivo foi que nos deu uma pequena base sobre o assunto na teoria.

ICH CULTURA JAPONESA – 2010/02

Neste semestre eu resolvi que faria uma ICH mais descontraída, que ocorresse no período da noite, pois gostaria de conhecer pessoas de outros cursos e ver como se dava a dinâmica neste horário. Como sou descendente de japoneses, a oficina com esta temática me atraiu, no início o intuito do grupo era aprender basicamente a língua japonesa, porém fomos informados pela a mediadora Gabriela Bica que teria que ser algo diferente, de acordo com os objetivos do espaço, optou – se então por conversar sobre a cultura japonesa no geral. O interessante no grupo, é que somente eu estudava no período da manhã, e no nosso grupo tinha outra descendente que havia recém chegado do Japão, isto resultou numa troca de experiência muito rica. Construimos um cronograma em conjunto e os nossos encontros foram bem variados: aprendemos um pouco do vocabulário, assistimos filmes e desenhos japoneses, até arriscamos em praticar a culinária. No Festival apresentamos um vídeo, o grupo cantando uma música em japonês e caracterizados com as vestimentas típicas.

ICH CARTOGRAFIA SOCIAL – 2011/01

Durante a minha participação no Projeto Rondon, em Eldorado dos Carajás, a Cartografia Social foi trabalhada pelos colegas nos assentamentos, e a ferramenta despertou minha curiosidade. Vislumbrada com a temática, compartilhei com as colegas de sala o que se tratava a Cartografia Social, e juntas decidimos propor a ICH de

Cartografia Social, no período da manhã e mediada pelo Professor Luizão. E a ICH foi interessante, pois foi realmente uma construção coletiva, teve a participação de outros professores, assistimos vídeos, palestras sobre experiências aplicadas no norte e nordeste e por fim visitamos o ITCG (Instituto de Terras Cartografia e Geociências).

ICH CAFÉ FILOSÓFICO – 2011/01

Seguindo a ICH anterior de cultura japonesa, continuei participando nas oficinas no período da noite, e este foi um dos ICHs mais empolgantes e gostosos de participar durante todo o curso. Desde o início, a construção deste ICH foi coletiva, o grupo era grande e bastante diverso, no que tange os cursos, o intuito era assistir filmes e documentários e depois era aberta a roda de conversa para discussão, às vezes com apoio teórico e tudo isso regado a café e deliciosos quitutes. A ICH era mediada por três professores: o Marcos Zan, o Davi e a Suzane.

ICH DE PROJETOS AMBIENTAIS – 2011/02

A ICH era mediada pela Professora Liliane Tiepolo, a ideia de criação foi da turma de Gestão Ambiental 2008, que estava fazendo o módulo de Projetos Ambientais, e escolheram aliar o módulo a ICH, mas de um modo mais dinâmico. A turma era bem extensa, e quase todos os cursavam Gestão Ambiental, salvo duas estudantes de Agroecologia. A oficina foi bem dinâmica com etapas teóricas e etapas práticas. E auxiliou muito nos fundamentos teórico - práticos.

ICH POLÍTICA E ARTE – 2011/02

Empolgada com a participação na ICH Café Filosófico, no semestre 2011/02 procurei participar de algum ICH que fosse mediado pelos mesmos professores da ICH anterior. No entanto, em acordo com o novo grupo decidimos que a oficina não seria uma continuação da passada, e estabelecemos conversar sobre política e arte, através de filmes, poesias, leituras e músicas. Os encontros também eram acompanhados de café, mas o que não gostei muito é que as discussões desta vez eram dominadas por alguns estudantes e por

motivos de doença tive que faltar algumas semanas, o que acabou prejudicando minha participação na totalidade.

ICH SAÚDE E MEIO AMBIENTE – 2012/01

A temática desta ICH foi criada pela minha turma de Gestão Ambiental, no intuito de sanar dúvidas que ficaram sobre o assunto, as Professoras mediadoras eram a Lívia e a Maria da Graça, em relação à participação o grupo era grande e contava basicamente com estudantes de gestão ambiental. A equipe planejou os encontros segundo algumas temáticas principais, onde todos traziam algum material para apresentar, e posteriormente eram realizados os comentários. Apesar dos ricos debates e materiais demonstrados, o grupo sentiu que o espaço parecia mais uma aula de Fundamentos Teórico – Práticos, e que as mediadoras não tinham muita experiência e habilidade na compreensão deste eixo pedagógico.

A oficina também foi criada pela minha turma de Gestão Ambiental, mediada pela Professora Juliana Quadros, objetivo era parar de discutir somente problemáticas ambientais e passar a ter um olhar sobre as boas práticas socioambientais, escolher algumas boas práticas para visitar in loco e elaborar em conjunto um manual das boas práticas socioambientais. O espaço foi muito rico, conseguimos visitar a Reserva de Volta Velha em Itapoá – SC, o Centro de Compostagem de Tibagi e o Parque Estadual do Quatrelá.

LUIZ FERNANDO SCHWARTZMAN

Memorial do Projeto de Aprendizagem

Acredito que todo aluno quando entra na UFPR Setor Litoral e não conhece ou seu Projeto Político Pedagógico (PPP), como era o meu caso, fica perdido em meio a tantas novidades. Ainda me lembro do primeiro dia de aula na tenda, que ainda tinha o formato circular, com o professor Valdo dando as boas vindas aos calouros e falando do inovador PPP desse setor da UFPR. Nesse momento começaram a borbulhar dúvidas e questionamentos em minha cabeça.

Recém-saído do modelo tradicional de educação onde a liberdade e a criatividade de estudantes e professores não tem espaço, ter que desenvolver um projeto se mostrava um grande desafio. No início mal sabia o que era verdadeiramente um projeto e muito menos como desenvolver um.

Ao passar dos primeiro e segundo semestres os medos e dúvidas que haviam surgido, foram mudando conforme o contato com os veteranos e professores.

Só fui efetivamente escolher um tema para desenvolver um projeto de aprendizagem (PA) no início do terceiro semestre. Ainda pouco familiarizado a diversidade de temáticas passíveis de serem trabalhadas dentro da gestão ambiental, optei por um tema que me chamou à atenção na época, o Marketing Ambiental.

Mediado pelo professor Renato Bochichio, fui instigado e tentar compreender a lógica de surgimento do Marketing Ambiental e a investigar o funcionamento dos processos de certificação para a obtenção de selos ambientais principalmente na área de produtos florestais.

Iniciar o projeto foi relativamente simples, mas depois de realizar as primeiras pesquisas pude perceber que definir um tema específico seria mais trabalhoso. Então optei por ir somente pesquisando, sem definir exatamente o tema.

Nesse período além das pesquisas, pude realizar dois mini- cursos, um foi o Gestão Empresarial e ISSO 14000 e o outro foi Extração Madeireira: Verdades e Mitos. Esses mini-cursos, me fizeram perceber que o Marketing Ambiental e suas possíveis ramificações não mais compreendiam os temas de meu interesse.

Apesar do meu desinteresse pela temática no segundo semestre de 2010 eu deveria apresentar o meu projeto na semana de projetos do setor. A essa altura eu e o meu colega de turma Caio Cunha por estamos trabalhando com temas complementares

Marketing Ambiental e Gestão Ambiental Empresarial decidimos fazer uma parceria entre nosso projetos e apresentá-los de forma integrada na semana de projetos.

No semestre seguinte a parceria foi desfeita e então fiquei sem projeto de aprendizagem. No período que fiquei sem projeto de aprendizagem, dediquei o tempo que deveria ser destinado ao PA ao estudo do geoprocessamento.

Meu interesse pelo geoprocessamento surgiu devido a minha participação nos projetos de extensão Território UniverCidade Coordenado pela professora Andréa Espínola e Geoinformação e Gestão coordenado pelo professor Ricardo Monteiro e co-coordenado também pela professora Andréa Espínola.

Foi neles que tive o meu primeiro contato com o geoprocessamento e suas ferramentas e seus possíveis usos. Especificamente depois de ter tido o módulo Geoprocessamento com o professor Rangel Angeloti que percebi o grande potencial e aplicabilidade do geoprocessamento nas funções de um gestor ambiental.

Nos semestres seguintes me dediquei exclusivamente a estudar o geoprocessamento, suas concepções, ferramentas e usos. A grande variedade de possibilidades me deixou maravilhado, mas ao mesmo tempo me impedia de escolher somente um tema, afinal eram muitas as opções.

O debate sobre a alteração do Código Florestal no primeiro semestre de 2012 revelou ser um potencial tema para um projeto de aprendizagem. Esse potencial também foi percebido pelas colegas de turma Nathalia Sibuya e Flavia Gomes. Depois de algumas conversas decidimos formar um grupo e desenvolver um projeto. Inicialmente decididos a usar as ferramentas do geoprocessamento para fazer uma análise das consequências das alterações que a proposta do novo código trariam para o litoral do Paraná procuramos a professora Juliana Quadros para ser a nossa orientadora.

A grande dificuldade na obtenção dos dados necessário para realizar as análises a qual nos propomos e as constantes alterações que a nova proposta de código sofria na época acabaram por inviabilizar a continuidade da ideia inicial de projeto.

Ainda decididos a trabalhar com o geoprocessamento mas agora com o em foque na gestão territorial eu e a colega Nathalia mantivemos nossa parceria. A Flavia decidiu abordar outras temáticas em seu projeto e acabou deixando o grupo.

Com o auxílio de nossa mediadora professora Juliana Quadros, escolhemos a APA de Guaraqueçaba como nossa área de estudo, um dos motivos foi a grande proximidade que a colega Nathalia tem com a região pelo seu trabalho desenvolvido no Programa Farinheiras.

Depois de muito debater as questões referentes à gestão territorial da área, identificamos que as populações tradicionais da região estavam fragilizadas quando a reprodução dos seus modos de vida e o acesso aos recursos naturais essenciais a sua sobrevivência. Essa constatação nos instigou a identificar o motivo de tais fragilidades dando origem ao nosso projeto de aprendizagem.

A essa altura já estávamos entrando no último semestre do curso e uma grande preocupação de não conseguir terminar o projeto já passava por nossas cabeças. Apesar das preocupações muito foi realizado nesses últimos seis meses. Diversas saídas a campo, a organização e realização do I Encontro das Comunidades do Litoral do Paraná em conjunto com o Acampamento do MST José Lutzemberg e com a Sociedade Cooperativa Motirô, participação na reunião de estruturação do CONAPA (Conselho da APA de Guaraqueçaba), entrevistas entre outras atividades somadas a longas horas de mediação e trabalho deram a sustentação necessária à construção do nosso projeto.

Ao observar a minha trajetória dentro do eixo pedagógico Projeto de Aprendizagem, consigo chegar a algumas conclusões quanto à "bagagem" que acabei construindo dentro desse espaço. Nesse espaço o estudante tem a liberdade e a oportunidade de desenvolver atividades que complementem a sua formação acadêmica, mas escolher um tema se mostra verdadeiramente um desafio para os estudantes de gestão ambiental pelo seu caráter multidisciplinar. Entretanto esse desafio pode ser encarado de forma positiva.

Vivenciar vários temas dentro dos projetos de aprendizagem permite ao estudante conhecer um pouco melhor áreas do conhecimento que lhe despertam o interesse. Independente se foi no primeiro ou no último ano de curso que foi definido o tema final, a caminhada e os processos pelos quais os estudantes passam nesse eixo pedagógico são de grande valia a formação do Gestor Ambiental.

Memorial das Interações Culturais e Humanísticas

Acredito que todo aluno quando entra na UFPR Setor Litoral e não conhece ou seu Projeto Político Pedagógico (PPP), como era o meu caso, fica perdido em meio a tantas novidades. Ainda me lembro do primeiro dia de aula na tenda, que ainda tinha o formato circular, com o professor Valdo dando as boas vindas aos calouros e falando do inovador PPP desse setor da UFPR. Nesse momento começaram a borbulhar dúvidas e questionamentos em minha cabeça.

Recém-saído do modelo tradicional de educação onde a liberdade e a criatividade de estudantes e professores não tem espaço, me deparar com um dia da semana onde poderia escolher fazer qualquer atividade, fez surgir em minha cabeça um conflito. Ao mesmo tempo que era maravilhoso poder ter a liberdade de fazer “qualquer coisa”, sentia também que essa liberdade era de certa forma errada, afinal, como assim não teria “aula” na quarta feira? E as “matérias” que eu deveria ter nesse dia?Essas matérias vão ficar “faltando”?Como os professores vão repor esse tempo “perdido”?

Nas semanas que se seguiram o contato com outros calouros e com os veteranos ao invés de ajudar a esclarecer meus questionamentos, só dificultou a minha compreensão do que era e pra que servia o nebuloso ICH. Para cada um que perguntava o que realmente era o ICH, vinha uma resposta diferente.

Com o passar das semanas iniciais e percebi que talvez as ICH pudessem proporcionar aos estudantes a oportunidade de fazer atividades que fossem do interesse comum de um grupo. E assim em conjunto com mais alguns colegas foi pensado o ICH Eco-Interações, no segundo semestre de 2009.

O ICH Eco-Interações no meu ver não foi nada mais do que o ímpeto de alguns calouros, principalmente de gestão ambiental, em realizar saída de campo afinal de contas, todos falavam que a gestão ambiental tinha muitas saídas de campo mas até o momento nem aula direito agente estava tendo.

Vale lembrar que nesse mesmo período o setor fez a tentativa de implantar o questionado Módulo Intercursos, por conta disso nas segundas e terças os calouros estavam divididos em turmas mistas restando assim somente a quinta-feira para os Fundamentos Teórico Práticos específicos do curso.

Voltando a falar do ICH Eco-Interações, na prática foram realizadas atividades mais ligadas ao escotismo, como oficinas de técnicas para montagem de barracas, aulas de primeiros socorros entre outras. O objetivo principal dessa ICH que era ir a campo só foi

atingido uma vez. O único campo realizado o grupo foi uma caminhada até o Morro do Boi.

No final do primeiro semestre de 2009 ainda me sentia desconfortável com ICH. Como pode na UFPR ter um dia que não tem aula? Eu me perguntava. No retorno para o primeiro semestre do ano de 2010 estava convicto que o ICH era uma grande perda de tempo, e já que eu obrigatoriamente teria que ter a carga horária mínima do ICH para me formar decidi usar esse tempo para lazer e recreação.

É provável que esse tenha sido o semestre no qual mais me envolvi nas ICH. No período da manhã fazia ICH de Boxe que era ministrado pelo colega de turma Claudio que já havia sido professor da modalidade. Esse ICH começou de forma tímida com apenas quatro integrantes. Penso que havia certo receio por parte dos responsáveis pelas ICH na época em ter uma atividade esportiva como o Boxe sendo praticada dentro da universidade. A pesar disso não houve nenhum impedimento à realização da ICH que foi crescendo no número de adeptos e no semestre seguinte passou a ser realizada em dois períodos (manhã e noite) devido ao grande número de alunos inscritos.

Na parte da tarde fazia o ICH de Alemão com o professor Breno. Esse ICH foi encerrado com a transferência do professor para outra universidade. No intuito de ver como funcionava o ICH no turno da noite e de conhecer novas pessoas participei do ICH de Dança de Salão.

Com o término do primeiro semestre de 2010 fazia um ano que já era parte do inovador PPP tão comentado pelo professor Valdo em sua palestra de Boas Vindas e tão discutido nos momentos de crise como o Intercursos. Mesmo assim aquela tal de ICH ainda não me parecia boa coisa.

Animado com a volta as aulas no segundo semestre de 2010, afinal deixaria de ser calouro para ser veterano, decidi que não faria um ICH só por diversão, e de imediato me identifiquei com o ICH de Cultura Italiana. Eu já tinha certo entendimento da cultura italiana, pois havia estudado três anos da língua e morado 3 meses em Roma no ano de 2008. Apesar disso enxerguei no ICH a chance de praticar o idioma, dividir um pouco da minha experiência e ampliar meu conhecimento.

Mediado pelos professores Brambatti e Lannes o ICH teve várias atividades. Algumas aulas básicas do idioma foram ministradas pelos professores. Também escutávamos e cantávamos músicas tradicionais e até utilizamos a cozinha do setor para

fazer alguns pratos típicos. Vale mencionar que foi nesse ICH que conheci a minha atual namora. Como atividade de encerramento do ICH o grupo organizou um jantar italiano.

No primeiro semestre de 2011 fiz o ICH de Radio ministrado pelo professor André Borges. Nesse espaço eram discutidos diversos temas como, acesso a informação, musica políticas públicas entre outros. Partindo das temáticas discutidas formavam se grupos para produzir pequenos trechos de áudio que iriam compor um programa de rádio. Foram capturados áudios de varias fontes: entrevistas, narrações de textos, trechos de musica, declamação de poesias. Infelizmente não foi possível terminar a montagem do programa nesse semestre.

Ao final desse período, mesmo depois de dois anos fazendo o tal do ICH, quando em perguntavam o que era o ICH eu ainda não sabia responder. Apesar de todo o discurso que ouvia desde o primeiro semestre da importância das ICH e do como ela parte fundamental do PPP pra mim o ICH ainda era um emaranhado de duvidas.

Devido a tantas duvidas e a poucas respostas coerentes com o que eu conseguia observar nesse espaço, decidi simplesmente cumprir a carga horária mínima que era exigida. No segundo semestre de 2011 fiz o SkatelCH. O objetivo desse ICH era falar um pouco sobre a cultura do skate e obvio também praticar o esporte. Esse ICH teve grande adesão, afinal a comunidade de skatistas na UFPR Setor Litoral e em Matinhos é grande. No ICH foram passados alguns documentários sobre o surgimento do esporte no Brasil e no Mundo além é claro de alguns "rolés". A mediadora desse ICH foi a professora Andréa Espínola.

No retorno para o primeiro semestre de 2012 depois das férias de verão me caiu a ficha de que eu já havia cursado mais da metade da graduação e ainda não tinha usado do espaço das ICH para desenvolver alguma atividade ligada diretamente a gestão ambiental. Preocupado devido a essa constatação, nesse semestre optei por fazer o ICH Saúde e Ambiente. No decorrer das atividades do ICH não consegui observar uma relação efetiva entre as atividades desenvolvidas e meus anseios quanto aquele espaço. Assim mais uma vez o pensamento de que talvez o ICH fosse uma grande perda de tempo apareceu em minha mente.

No segundo semestre do mesmo ano, a pesar da experiência frustrada vivida no semestre anterior, ainda estava seguro de que deveria usar o espaço do ICH para trabalhar alguma temática na área de gestão ambiental. Esse pensamento se mostrou

comum em vários colegas do curso e assim surgiu como uma proposta do curso de gestão ambiental, o ICH Boas Práticas Sócio Ambientais. No ICH foram levantados pelos participantes projetos e iniciativas que pudessem ser consideradas boas práticas sócio ambientais

O levantamento inicial revelou a existência das boas práticas nos mais diversos campos de atuação da gestão ambiental, desde iniciativas ligadas ao manejo de áreas naturais protegidas, gestão de bacias hidrográficas até atividades ligadas a turismo de base comunitária. As iniciativas levantadas foram padronizadas em fichas, que posteriormente foram compiladas para a elaboração de uma guia de boas práticas sócio ambientais. Devido à falta de tempo o guia não foi finalizado. Ainda no segundo semestre de 2012 participei brevemente do ICH de vôlei de praia.

No primeiro semestre do ano de 2013 já estava com a cabeça nos trabalhos que deveria fazer para concluir o curso, não me preocupei muito em escolher que ICH iria fazer. Simplesmente decidi fazer o ICH de slackline, pois não teria que desenvolver nenhuma atividade extra "classe".

Ao observar a minha trajetória dentro desse tão controverso eixo pedagógico, consigo chegar a algumas conclusões quanto à "bagagem" que acabei construindo dentro desse espaço. É inegável que no ICH o estudante tem a liberdade e a oportunidade de desenvolver atividades que complementem a sua formação acadêmica, mas a qualidade dessas atividades, pelo menos no meu caso, poucas vezes atenderam as expectativas. Por conta disso acredito que seja tão presente o esvaziamento e a descrença no potencial desse eixo pedagógico por parte de estudantes e professores.

Fazer a relação do ICH com os outros eixos pedagógicos do setor e na teoria algo bem simples de se fazer, afinal a gestão ambiental é interdisciplinar, mas na prática, foram raros os momentos no qual percebi a efetiva relação entre o ICH e os outros eixos. Faço tal afirmação devido a o escasso número de momentos em que foram realizadas atividades nas quais o Fundamento Teórico (FTP) e Projetos de Aprendizagem (PA) se relacionaram de maneira intrínseca ou até mesmo paralela as atividades desenvolvidas no ICH.